



Ano XI - Ed. 116  
Jul/Ago 2006

Revista **Fenacon**  
em Serviços

Contabilidade - Assessoramento - Perícias - Informações - Pesquisas

MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS

# LEI GERAL

A um passo da votação

## A DOMÍNIO SISTEMAS POSSUI MAIS DE 3 MIL CASOS DE SUCESSO. CONHEÇA 3 DELES.

Após a implantação do Domínio Contábil Plus, obtivemos melhorias como maior segurança em relação ao backup [...], melhoria no processo de integração entre os módulos fiscal, contábil e RH, e a flexibilidade de escolha para o envio de relatórios. O suporte técnico da Domínio deu um salto de qualidade com a implantação do atendimento on-line.

Jailson Roberto Alves  
Organo Assessoria Empresarial - Joinville/SC

Optamos pelo Domínio Contábil Plus pois além de atualizado, é confiável, de fácil operação e traz o que há de mais importante em uma organização contábil: a integração dos setores. [...] A Domínio Sistema superou nossas expectativas com muita qualidade e competência.

Laerte Barrinuevo  
Escritório Confiança - Naviraí/MS

Com a implantação do Domínio Contábil Plus, observamos melhorias como: controle de custos e produtividade do escritório, [...] origem e controle dos lançamentos [...], todas as planilhas de controle foram eliminadas e são controladas pelo sistema, dentre vários outros benefícios.

Rodrigo César Oliveira  
Escritório de Contabilidade Pedro de Oliveira Filho - Londrina/PR

A Domínio Sistemas está sempre se aperfeiçoando e investindo na qualidade de seus produtos e serviços para oferecer o melhor às empresas de contabilidade. O resultado disso: milhares de clientes satisfeitos! Seja um deles.

Acesse [www.dominiosistemas.com.br](http://www.dominiosistemas.com.br) para ler esses e outros casos de sucesso na íntegra.



**domínio**  
SISTEMAS

*A sua melhor escolha*

Informações comerciais: 0800 645 4004

DIRETORIA DA FENACon  
(Gestão 2004/2007)Presidente  
**Carlos José de Lima Castro**Vice-Presidente Institucional  
**Valdir Pietrobon**Vice-Presidente Região Sudeste  
**Sauro Henrique de Almeida**Vice-Presidente Região Sul  
**Renato Francisco Toigo**Vice-Presidente Região Nordeste  
**José Geraldo Lins de Queiros**Vice-Presidente Região Centro-Oeste  
**Laércio José Jacomélli**Vice-Presidente Região Norte  
**Carlos Alberto do Rego Correa**Diretor-Administrativo  
**Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta**Diretor-Financeiro  
**Roberto Wuthstrack**Diretor de Relações Institucionais  
**Urubatam Augusto Ribeiro**Diretor de Eventos  
**Carlos Roberto Victorino**Diretor de Tecnologia e Negócios  
**Nivaldo Cleto**Diretora de Assuntos Legislativos  
e do Trabalho  
**Aparecida Terezinha Falcão**Suplentes  
**Bruno Ricardo de Souza Lopes**  
**Reinaldo Aparecido Domingos**  
**Paulo Bento****Fernando César Passos Lopo**  
**Antônio Ferreira Neves**  
**Ronaldo Geraldo de Castro**  
**Luiz Valdir Slompo de Lara**  
**Antônio Luiz Amorim Araújo**  
**João Aramayo da Silva**  
**Wladimir Alves Torres**  
**Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior**  
**Anastácio Costa Mota**Conselho-Fiscal  
Efetivos  
**Sérgio Approbato Machado**  
**Haroldo Santos Filho**  
**Vilson Wegener**Suplentes  
**Maciel Breno Schiffler**  
**Valmir Madázio**  
**Almir Dias de Souza**Representação na CNC  
Efetivos  
**Carlos José de Lima Castro**  
**Pedro Coelho Neto**Suplentes  
**Irineu Thomé**  
**Valdir Pietrobon**

## Situação insustentável três em um

**J**á estamos cansados de saber: os serviços, conteúdos e informações disponibilizados pelos *sites* das prefeituras brasileiras são fracos, fraquíssimos, ou inexistentes. Mas, agora, temos a comprovação com o aval da academia e das estatísticas, segundo estudo e pesquisa sobre Tec-Gov, do Centro de Estudos em Tecnologia para Governo, da Fundação Getúlio Vargas.

Olhem só: a nota máxima que um portal de prefeitura poderia alcançar era de 10 pontos. Isso significaria que o prefeito, seus secretários e técnicos fizeram os deveres de casa. No entanto, a média geral dos municípios brasileiros alcançou apenas 1,3 ponto, nota muito distante do esperado e que mostra o perfil do atraso do País no uso de tecnologias no governo. A cidade de São Paulo, que ocupa o 1º lugar do *ranking*, apresenta nota de 3,29, considerada insatisfatória.

Mesmo que a pesquisa tenha alcançado apenas cerca de 300 municípios, ela representa o que acontece no País – (situação insustentável um).

Isso é facilmente comprovado pela dificuldade que o cidadão-contribuinte, empresário ou não, tem para obter certidões negativas de débitos tributários pela internet. Todos os dias, a mídia mostra isso.

Um problema que poderia ser resolvido rapidamente leva o contribuinte a uma *via crucis* para tentar solucionar o que, muitas vezes, não tem solução: o problema está na confiabilidade, consistência e congruência dos bancos de dados dos municípios dos estados e até da União.

A solução poderia ser muito simples. Bastaria que o todo-poderoso Fisco saísse de seu castelo inacessível (pago pelo contribuinte) e enviasse aos contribuintes uma solicitação para resolver as pendências. E deveria, claro, possibilitar que os contribuintes resolvessem as pendências, também, pela internet. Hoje, graças às tecnologias de certificação digital, é possível adquirir desde um livro até um automóvel, pela internet. O fisco deveria tomar essa iniciativa, antes que a situação fique insustentável (dois) e o reles mortal só venha a saber de sua culpa depois de julgado e condenado culpado por um erro que nem sabe se cometeu.

Um malfadado dia, o contribuinte-sem-cidadania saberá que sua conta-corrente com a Receita Federal (aberta em nome dele, sem necessidade de cartão de autógrafo nem visto do gerente-leão) apresenta débitos. Para que houvesse *lealdade* do leão, deveria apresentar crédito também, os créditos não vinculados.

Para completar a cota de indignação: até hoje não achei ninguém que fosse contra a aprovação da nova legislação para as micros e pequenas empresas. Ninguém mesmo, desde o presidente da República até o mais humilde vendedor “autônomo” de mexericas do centro da cidade. Mas a aprovação da Lei Geral vai ficando para amanhã, para a semana que vem, para depois não sei do quê. E simplesmente não é votada.

Assim, antes que a situação se torne insustentável (três), com a sacramentação da informalidade, com a perpetuação dos subempregos e com o caos geral da economia interna, rogo a Deus que ilumine nossos representantes no Congresso Nacional; que os deputados e senadores sustentem seu compromisso de servir à Nação, ao povo brasileiro, votando as leis de que o Brasil precisa para voltar a crescer.

**Carlos José de Lima Castro**  
Presidente da Fenacon  
presidente@fenacon.org.br





## 14 Congresso viveu paralisia em 2006

Em entrevista exclusiva à Revista Fenacon em Serviços, o deputado Arnaldo Faria de Sá fala sobre o relacionamento do Executivo com o Legislativo



## 08 Câmara deve votar Lei Geral em setembro

Aldo Rebelo acredita que, se houver acordo com os partidos, a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas poderá ser votada em setembro



## 18 Projeto que cria a Redesim chega à CCJ

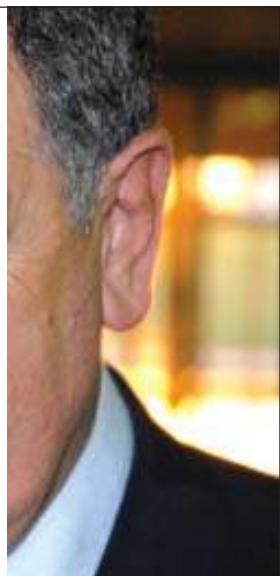
Para agilizar a votação do projeto que cria a Redesim, na Comissão de Constituição e Justiça, a Fenacon reforça o trabalho com os parlamentares

## Seções



### 20 A via crucis das Certidões Negativas

Em artigo, o advogado Leonardo de Paola fala da desorganização do fisco



### 24 Ministro Furlan recebe diretoria da Fenacor

Fenacor pede apoio do ministro para resolver assuntos com a Receita

### 06 Cartas

### 12 Opinião

*Extinção da multa isolada e disenteria legislativa*

### 22 Lei Geral

*Enquanto a Lei Geral não é aprovada...*

### 23 Fenacor

*Nova CNAE-Fiscal deve ser aprovada em agosto*

### 27 Responsabilidade Social

*Compromisso com a Responsabilidade Social*

### 28 Regionais

### 34 Livros

*Liderança para fazer acontecer*

## CARTAS



### Redesim

Caro Carlos Castro,

Agradeço o empenho da Fenacon em aprovar, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

A busca pela simplificação e integração dos processos de registro e legalização, gerando menores prazos e custos para abertura e funcionamento de empresas, certamente trará maior número de empregos e aumento de renda.

Nosso esforço continua, e, para isso, contamos com seu apoio para a aprovação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos

Deputados, e, em seguida, no Senado Federal.

Atenciosamente,

**Luiz Fernando Furlan**  
Ministro do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

### Revista Fenacon

Sr. Redator,

Recebi o exemplar diferente da revista Fenacon em Serviços edição nº 115, mais bem apresentada, com diagramação com novo visual, mais atrativo, artigos objetivos e eficientes despertando sua leitura. Parabenizamos, pois, a equipe da Revista.

**Contábil Guararapes Ltda.**  
Manoel de Oliveira Maia - Diretor

### Revista Fenacon II

Senhor presidente,

Estou agradecendo a Vossa Senhoria o recebimento desta conceituada publicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. A Revista Fenacon em Serviços tem: qualidade, competência, expressão e verdade.

Eu a classifico como uma das melhores revistas deste país. É eficiente e atualizada.

Aos diretores que fazem a revista da Fenacon, gostaria de dizer que esta publicação fica à disposição da sociedade e da classe contábil em nossa cidade.

**Antonio Maciel de Azevedo Melo**  
Delegado do CRC-CE em Crateús



## Atualize seu cadastro e continue recebendo a Revista Fenacon em Serviços

Para continuar recebendo a Revista Fenacon em Serviços, é necessário que você atualize seus dados cadastrais.

Acesse o endereço [www.fenacon.org.br/cadastro](http://www.fenacon.org.br/cadastro) e atualize seu cadastro até o dia 30 de setembro, e concorra a uma inscrição para a 12ª Conescap, que será realizada em Foz do Iguaçu no período de 17 a 19 de outubro 2007.

### Revista Fenacon III

Prezados Senhores,

Agradeço pela publicação do artigo “CPI dos Impostos” na edição 115 e aproveito para parabenizar a Fenacon pelos seus 15 anos sempre à frente na defesa da classe contábil. Espero que em alguma das próximas edições possam publicar o artigo “Eu, a Pessoa Jurídica”, cujo texto enviamos anteriormente.

**Olival Gonzaga de Resende**  
Presidente do Conselho de Micro e Pequena Empresa da AC/Minas

### Congratulações

A persistência é a alma do Congresso. O contabilista está atento e aguardando 1º de outubro para votar naqueles que nos ouvem e trabalham pelo País. O trabalho que vocês estão desenvolvendo em benefício da classe contábil e empresarial nos deixa orgulhosos por termos representantes de nossa classe de mangas arregaçadas, não medindo esforços para construir um momento novo.

**Narciso Doro**  
Presidente do Sicontiba

### Refis III

Ao ler a Medida Provisória 303, que estabelece a “re-abertura” do Refis, verifiquei que não constava nenhum artigo sobre o limite de pagamento das prestações de acordo com a capacidade de pagamento da empresa. Entendo que deve ser estipulado um percentual sobre o faturamento conforme já normatizado em outros parcelamentos.

Necessitariamnos que fosse analisado e encaminhado aos

deputados que atendem e trabalham pela classe contábil e produtiva deste país um documento identificando tal situação e apresentando sugestões. Certo de seu compromisso e comprometimento,

Atenciosamente,

**Henrique Ferraz**  
Contador

### Resposta

Prezado Henrique,

Em primeiro lugar quero agradecer o seu *e-mail*. Você realmente tem razão, a referida MP não contempla um limite percentual sobre o faturamento para pagamento das inadimplências dos optantes. A única diferença contemplada é para as empresas tributadas pelo Simples, porém o primordial é sabermos quem são os deputados que atendem e trabalham pela classe contábil, pois, pelo que me consta, a nossa classe não elegeu ninguém. O prezado colega votou em quem? Mesmo assim, por termos um bom relacionamento com o deputado federal de São Paulo, Arnaldo Faria de Sá, solicitamos a ele que propusesse uma emenda para que as micros e pequenas empresas, não contempladas pelo Simples, venham a pagar um mínimo de R\$ 500,00 por mês.

Concluindo, gostaríamos de saber em quem os nossos colegas estão votando, para que pudéssemos procurar esses parlamentares, para que passem a defender os interesses de nossa classe, mesmo se forem amigos, parentes, ou pessoas enpenhadas em outras atividades econômicas.

Cordialmente,

**Carlos Castro**  
Presidente



### EXPEDIENTE

A **Revista Fenacon em Serviços** é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Conselho Editorial  
**Diretoria-Executiva**

Coordenação Editorial  
**AP Comunicação**  
*apvideo@uol.com.br*  
(61) 3223-0043

Redação  
**Marilda Bezerra**

Jornalista Responsável  
**Marilda Bezerra**  
Registro Profissional 3678JP – DF

Revisão  
**Fátima Loppi**

Anúncios  
**Pedro A. de Jesus**  
Tel.: (61) 9874-8669  
*pedrojesus@fenacon.org.br*

Projeto Gráfico  
*versata.com.br*

Diagramação e Arte  
**Daniel Ribeiro**  
(61)9662-0224

Capa  
**Eduardo Branquinho**

Impressão e Acabamentos  
**Prol Editora Gráfica**

Auditória de Circulação  
**Premium Consultoria Contábil Ltda.**

Tiragem  
**50 mil exemplares**

A **Revista Fenacon em Serviços** não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados. Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco F, lote 12, salas 904 a 912 Edifício Via Capital CEP 70040-000 – Brasília-DF Telefax: (61) 3327-0002

Home page: [www.fenacon.org.br](http://www.fenacon.org.br)  
E-mail: [fenacon@fenacon.org.br](mailto:fenacon@fenacon.org.br)

# Lei Geral: a um passo da votação

MESMO COM AS MEDIDAS PROVISÓRIAS TRANCANDO A PAUTA DA CÂMARA,  
ALDO REBELO ACREDITA NA POSSIBILIDADE DE A LEI GERAL DAS  
MICROS E PEQUENAS EMPRESAS SER VOTADA ANTES DAS ELEIÇÕES



**D**epois de constar por seis meses na pauta da Câmara dos Deputados, a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas pode ser votada em setembro, durante a semana de esforço concentrado do Congresso Nacional. Essa possibilidade foi levantada pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo, no dia 2 de agosto, em audiência com a comitiva liderada pelo presidente do Sebrae Nacional e com a presença do presidente da Fenacon, Carlos Castro.

Segundo Aldo Rebelo, o projeto da Lei Geral já recebeu o apoio da maioria dos deputados, mas as sucessivas medidas provisórias, os projetos de urgência constitucional e processos de cassação de deputados ocuparam a pauta da Câmara durante todo o primeiro semestre, impedindo a apreciação da matéria. Em setembro, pelo menos 19 medidas provisórias estarão trancando a pauta, mas, mesmo assim, Aldo Rebelo acredita que, se houver acordo com as lideranças, é possível destrancar a pauta e votar a Lei Geral.

Segundo o presidente do Sebrae, Paulo Okamotto, “há uma conjugação de esforços para fazer com que, em setembro, o projeto da Lei Geral possa ser aprovado”.

Na opinião do autor do substitutivo do projeto, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), é possível a votação da Lei Geral em

setembro. “Em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e lideranças partidárias, ficou definido que a Lei será votada em setembro” explica o relator.

Para Hauly, essa lei possibilitará inúmeros benefícios para as micros e pequenas empresas. “As medidas são para gerar empregos, estimular a formalidade e incentivar a inovação tecnológica. Com isso, vai ampliar a competitividade das MPEs e promover o desenvolvimento sustentado da economia, com redistribuição de renda”.

**Aldo Rebelo  
acredita que, se  
houver acordo com  
os líderes, será  
possível destrancar  
a pauta e votar a  
Lei Geral**



Presidente do Sebrae, Paulo Okamotto; presidente da Fenacon, Carlos Castro; presidente da Câmara Aldo Rebelo; e o deputado Carlos Melles

A urgência na votação da Lei Geral também foi tema do seminário promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizada também no dia 2 de agosto, do qual participaram o presidente da Fenacon, Carlos Castro, e o vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon.

Para o presidente da Comissão Especial da Micro e Pequena Empresa, deputado Carlos Melles, o governo quer aprovar a Lei Geral porque “tem a percepção de lucro político, enquanto, para o Congresso Nacional, a aprovação representa um contraponto favorável, após o desgaste provocado pelas denúncias de corrupção”, diz o parlamentar.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, não tem dúvidas de que a Lei Geral vai resolver grande parte dos problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores do Brasil. “Essa lei será um

instrumento importante na redução da burocracia que afeta o crescimento dos negócios no Brasil”, explica Quick.

Segundo Bruno, trata-se de uma proposta amplamente respaldada pela sociedade e deve ser votada porque tem ampla legitimidade. “Essa proposta foi debatida, ao longo de três anos, por mais de 60 mil pessoas em entidades empresariais e sindicais. Sua legitimidade é mostrada, quando vemos que alguns municípios e estados já começam a ajustar suas legislações de acordo com a proposta da Lei Geral, diz Quick.”

Na opinião do presidente da Fenacon, Carlos Castro, a Lei Geral está a um passo de entrar em vigor, passo este que, aparentemente, os deputados não querem dar. “São mais de três anos de trabalho, entre elaboração, discussão e aprovação do projeto na Comissão Especial da Câmara. A Lei Geral está há mais de seis meses na pauta do Plenário da Câmara, e não entendo por que esperar mais para votação”, diz Castro.

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, lamenta que o Congresso Nacional não consiga votar um projeto tão abrangente que vai atender cerca de 98% das atividades da indústria, do comércio e de prestação de serviços. “É triste ver um projeto tão importante para o País, que vai possibilitar a inclusão social e trazer para a formalidade milhares de trabalhadores e de empresas, demorar tanto tempo para ser transformado em lei”, diz Pietrobon.

A expectativa de todas as entidades que apóiam a Lei

## A expectativa das entidades que apóiam a Lei Geral é de que o projeto seja votado ainda este ano

Geral é de que o projeto seja votado ainda este ano. Segundo Carlos Castro, como se trata de uma lei que diz respeito à arrecadação e à cobrança de tributos, precisa respeitar o princípio da anualidade; se a Lei Geral não for votada ainda este ano, não poderá entrar em vigor em 2007. “A não-aprovação da Lei Geral em 2006 trará prejuízos incalculáveis ao país, já a partir de janeiro do próximo ano, tais como o estímulo à informalidade em função da burocracia que impera atualmente”, explica Carlos Castro.

Dados do Sebrae Nacional mostram que metade das micros

e pequenas empresas fecha suas portas antes mesmo de completarem dois anos de vida e, com isso, o Brasil perde cerca de 350 mil empresas e um milhão de postos de trabalho, a cada ano. Com essa alta taxa de mortalidade empresarial, os trabalhadores, sem encontrar empregos formais, acabam apelando para negócios informais. Nos últimos quatro anos, segundo os dados do Sebrae, houve cerca de 1,5 milhão de novos negócios no setor informal.

Diante da omissão do Congresso e do Executivo, o Sebrae Nacional, após ouvir mais de seis mil representantes do segmento, elaborou o Projeto da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, enviado ao Congresso em maio de 2005 pelo Executivo.

O projeto da Lei Geral foi aprovado na Comissão Especial em dezembro do ano passado, encontra-se, na pauta da Câmara dos Deputados, desde fevereiro deste ano. Mesmo tendo alcançado um alto grau de consenso entre parlamentares e

apoio de líderes da maioria dos partidos políticos, a matéria ainda não foi votada.

**Se o Congresso não vota, quem perde é o Brasil** – Na tentativa de sensibilizar os parlamentares para a urgência da votação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, a Fenacon produziu cartazes com o dizer: Lei Geral: se o Congresso não vota, quem perde é o Brasil, que foram afixados nas portas de todos os gabinetes dos deputados e nos corredores da Câmara. Além dos cartazes, foi exposto um *front light* próximo ao aeroporto de Brasília, com a mesma mensagem. ●

## Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

# Se o Congresso não vota, quem perde é o Brasil

[www.fenacon.org.br](http://www.fenacon.org.br)



FENACON  
Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis  
e das Empresas de Assessoramento, Perícias,  
Informações e Pesquisas

**Por que é imprescindível aprovar o projeto  
da Lei Geral em 2006**

- Se não aprovado este ano, não poderá entrar em vigor em 2007;
- Para manter as empresas em funcionamento e permitir a entrada de milhões de novos empreendedores;
- Para reduzir o alto custo da burocracia e da carga tributária;
- Para proteger e manter a competitividade das empresas formais;
- Para manter postos de trabalho formais, com a sobrevida das empresas além de dois anos;
- Para gerar emprego e renda, com a abertura de novos negócios;
- Para reforçar as economias dos estados e municípios;
- Para o Estado cumprir seu papel de mantenedor da infra-estrutura (estradas, energia, comunicações) e dos serviços essenciais (saúde, educação) e deixar a geração de renda para a iniciativa privada;
- Para reforçar o espírito empreendedor do brasileiro.

**Integratto Contábil:**  
*precisão em software*

**CONTABILIDADE**

- Acesso à exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

**ESCRITA FISCAL**

- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.
- Lançamentos fiscais de ajustes.

**FOLHA DE PAGAMENTO**

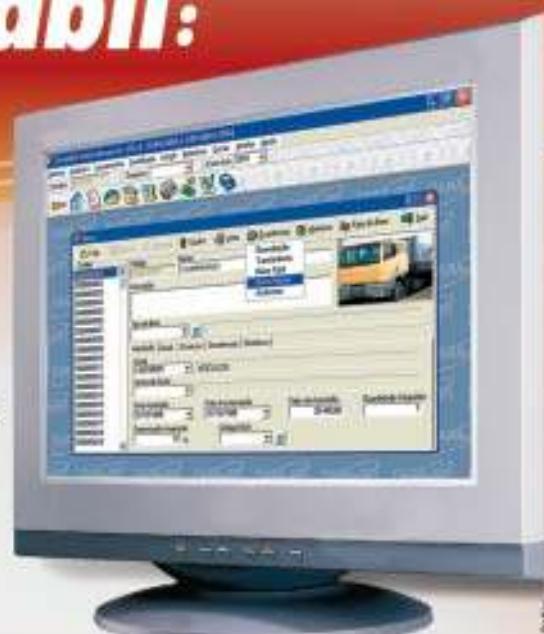
- Controle total de DP.
- Módulos de Ponto e PPP.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

**RECURSOS HUMANOS\***

- Recrutamento e seleção.
- Avaliação de desempenho.
- Treinamento e benefícios.



**NASAJON**  
SISTEMAS



Veja demonstração online em  
[www.nasajon.com.br](http://www.nasajon.com.br)

RJ: (21) 2213-9310 - SP: (11) 3266-2366 - BH: (31) 3273-3527 - Demais localidades: 0800 217070



# Extinção da multa isolada e disenteria legislativa

José Constantino de Bastos Jr.\*

**I**ves Gandra, em determinada ocasião, utilizou o termo “disenteria legislativa” para se referir ao que acontece no País na área tributária. Tem toda a razão.

É verdade que a medida provisória em matéria tributária constitui o instrumento mais dado a produzir verdadeiras aberrações. Redigida unilateralmente pela burocracia estatal, única senhora efetiva do juízo de relevância e urgência, com processo legislativo diferenciado pelos curíssimos prazos que concede ao parlamentar, por exemplo, pífios cinco dias para emendas, é uma expressiva contribuição à defesa da necessidade de um Código de Defesa do Contribuinte, ou Código de Relacionamento entre Fisco e Contribuinte, como preferem alguns, por ser mais simpático ao fisco e ensejar presumidamente menos resistência dos burocratas.

O problema, todavia, está não no instrumento utilizado, mas na vassalagem a que se submete o Congresso Nacional em face do Poder Executivo, e este, por sua vez, diante da burocracia estatal.

Um exemplar emblemático de evacuação legislativa é o Projeto de Lei nº 2.448/96. Apresentado à

Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo em 17/10/1996, o extenso texto de complexa matéria foi aprovado naquela Casa em 20/11/1996 e no Senado em menos de um mês, transformando-se na Lei nº 9.430/96. Seu resultado mais catastrófico é o art. 44, que criou a chamada multa isolada pela falta de pagamento da multa de mora.

Em outros termos, o vassalo contribuinte que pagou o tributo devido, mas cometeu o crime de lesa-pátria de não recolher a multa no caso de atraso, ainda que correspondente a um dia (0,33% do valor do tributo), passou a sofrer a imposição de pena correspondente a 75% do valor do tributo pago, algo equivalente a 22.700% sobre a importância que deixou de recolher (a multa de mora).

Não é preciso recorrer aos estudiosos para constatar que a

multa isolada é inconstitucional pela sua natureza confiscatória, que não atende ao princípio da razoabilidade, ou que ofende o próprio Código Tributário Nacional, conforme reconheceu o Conselho de Contribuintes. Basta usar o senso comum do cidadão mediano para verificar que o contribuinte nesse caso estava sendo tratado como meliante, cidadão rebaixado a integrante de facção criminosa, como sonegador.

Em artigo publicado na Revista Fenacon em Serviços, edição 73, de janeiro de 2002, Raul Haidar, por sinal, diagnosticou com precisão o problema, dizendo tratar-se de “uma das muitas leis que o Congresso aprovou sem ler, sem discutir, sem saber o que estava fazendo – ela é absolutamente incompatível com qualquer noção de Justiça, com qualquer princípio moral, violando claramente o preâmbulo da Constituição vigente”.

Passados quase dez anos e depois de milhares de autos de infração impostos aos contribuintes, que atulharam as instâncias administrativas e o Poder Judiciário, enfim atendendo aos reclamos da sociedade, o Executivo Federal, utilizando-se da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, extinguiu a

**O problema não está no instrumento utilizado, mas na vassalagem a que se submete o Congresso Nacional**

## OPINIÃO

mencionada “multa isolada”, ao dar nova redação ao art. 44 e a outros da Lei nº 9.430/96.

É curioso notar que, ao menos nesse caso, a medida provisória foi utilizada com fundamento constitucional, porquanto havia urgência em eliminar essa excrescência da ordem jurídica e relevância em sustar a sangria de recursos dos contribuintes e da Administração. Essa medida teve primeiramente como objetivo se defenderem administrativa e judicialmente de uma exigência inconstitucional e, em segundo lugar, antecipar a solução de milhares de autos de infração iracionais e procedimentos de

controle, cobrança e processamento de suas impugnações e recursos.

Quanto a malfadada “multa isolada” custou em desperdício ao País nestes anos é difícil aquilarat, entretanto seria interessante que organismos independentes pudessem estudar os efeitos concretos de determinadas leis sobre seus destinatários e aferir os supostos benefícios defendidos por seus autores, para atribuir maior transparência ao processo e formar um histórico de experiências em prol de maior proteção ao cidadão, notadamente ao contribuinte.

Obviamente que a Medida

Provisória nº 303/2006 deve ainda ser convertida em lei, mas não se espera que o Congresso decline de manter a eliminação da multa isolada. Como forma de redimir-se, pelo contrário, espera-se que os parlamentares avancem um pouco mais e aprovem um texto que reconheça a retroatividade da disposição favorável aos contribuintes, tornando insubstinentes os milhares de autos de infração ainda pendentes de decisão na instância administrativa. ●

\*José Constantino de Bastos Jr. é advogado, assessor da Presidência do Sescon-SP.

SABIA COMO ATRAIR E ENCANTAR MELHOR SEUS CLIENTES

**EMPRESA DE CONTABILIDADE** **100% INTELIGENTE** **100%**

Uma empresa de contabilidade completa precisa dos softwares de contabilidade, folha, escrita fiscal, controle patrimonial e gerenciador de escritórios. Esse escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captores que executam o faturamento, ECF, contas a receber, contas a pagar, gerenciador financeiro, caixa e bancos e controle de estoques. Por meio dos módulos de gestão empresarial instalados nas empresas de seus clientes, o escritório importa esses dados via Internet e os transforma automaticamente em contabilidade e livros fiscais. Nessa interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O escritório inteligente, passo a passo, vai se tornando **100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel**, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

LIGUE SUA EMPRESA AO FUTURO

0800 400 6001  
(43) 3372.7000  
Av. Santos Dumont, 505 - Londrina PR  
[www.exactus.com.br](http://www.exactus.com.br)

100% Inteligente

Controle para Indústrias  
Gestão para Comércio Atacadista  
Gestão para Lojas  
Gestão para Holdings  
Gestão para Hospitais  
Gestão para Supermercados  
Gestão para Faculdades e Escolas  
Gestão para Assistências Técnicas  
Gestão para Transportes  
Gestão para Imobiliárias  
Gestão para Postos de Combustíveis  
Gestão para Empresas de ônibus  
Gestão para Farmácias  
Gestão para Construtoras  
Gestão para Artesões  
Gestão para Franquias

EXACTUS 36 ANOS

O EXACTUS INTELIGENTE INTEGRADO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



# Congresso viveu paralisia em 2006

O DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ ADVERTE: "A PRÓXIMA LEGISLATURA DEVE OBSERVAR BEM O QUE ACONTEceu NO CONGRESSO NACIONAL EM 2006, PARA MUDAR NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS"

**P**ara o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o relacionamento do Executivo com o Legislativo pode piorar no próximo ano, caso o presidente Lula seja reeleito. Em entrevista à Revista Fenacon em Serviços, Arnaldo Faria de Sá responsabiliza tanto o Executivo quanto o Legislativo pela paralisia do Congresso Nacional em 2006. O parlamentar não acredita que a Câmara ainda vote algum projeto relevante este ano – nem mesmo a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas que está na pauta da Casa, desde o início deste ano. Para o parlamentar, é normal o recesso branco em anos de eleição, mas o que está acontecendo na Câmara é uma briga entre o governo e a oposição, que não chegam a um acordo para votar as MPs que estão trancando a pauta.

**Revista Fenacon em Serviços –** Há meses a pauta da Câmara está trancada por Medidas Provisórias que, por falta de acordo, não são votadas. É assim mesmo que funciona o jogo legislativo? Quem responde por essa paralisia nas votações?

**Arnaldo Faria de Sá –** Essa pauta travada por sucessivas



Medidas Provisórias é o jogo armado pelo Executivo de propósito, para atravancar o Legislativo. É uma situação diferente das antigas MPs, mas é preciso encontrar uma solução como na proposta de Emenda

Constitucional nº 32, que mudou a forma de tramitação. Antigamente nem votadas elas eram, agora as MPs não são votadas nem deixam votar nada, porque trancam a pauta. Temos que encontrar uma saída. A responsabilização por essa

paralisia primeiro é do Executivo, que edita e envia para o Congresso as MPs, e, depois, do próprio Legislativo, que não força uma tentativa de mudança.

**RFS** – Com o “recesso branco”, em função das eleições, para o senhor o que o Congresso votará ainda este ano?

**AFS** – O recesso branco é comum em todo ano eleitoral e, neste período, está mais complicado ainda em função das medidas provisórias que vêm travando a pauta. Acredito que está um pouco difícil de votar alguma matéria importante ainda este ano, porque temos só mais uma semana de votações em agosto e mais uma em setembro; portanto, é muito difícil votar algum projeto, uma vez que até o governo não está deixando isso acontecer. A primeira MP está travando a pauta sobre o aumento dos aposentados e pensionistas, já que reajusta o valor das aposentadorias em 16,67%, o mesmo percentual do salário-

### Acredito que será difícil votar alguma matéria importante ainda este ano

mínimo, porque o governo quer que ela caia.

**RFS** – Mas a alegação do governo de que esse aumento poderia provocar um rombo nos cofres da Previdência?

**AFS** – O que provoca rombo nos cofres da Previdência e do Tesouro são os roubos neste Governo, os participantes do mensalão, os sanguessugas. Para isso tudo, há dinheiro. Agora, para pagar o coitado do aposentado, não tem. É um absurdo!

**RFS** – Em sua avaliação, o que poderia mudar no Brasil com a aprovação da Lei Geral das Micros

e Pequenas Empresas? É indiferente se ela for aprovada este ano ou daqui a quatro anos? Ainda há possibilidade de ser votada este ano, pelo menos na Câmara dos Deputados?

**AFS** – Esta é a grande expectativa: votar a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas. Nós, empresários contábeis, temos muito interesse em sua votação. Temos certeza de que vai gerar emprego, desenvolvimento econômico. Fazemos parte da Frente Parlamentar de Defesa das Micros e Pequenas Empresas e estamos esperançosos de que seja aprovada o mais rapidamente possível.

**RFS** – E quanto ao projeto que cria a Redesim, o senhor vê alguma chance de ele ser votado na Comissão de Constituição e Justiça ainda este ano?

**AFS** – Sem dúvida é um projeto importante, mas, infelizmente, também corre o risco de não ser votado. A esperança é que, por ser um projeto de caráter conclusivo



**Há 60 anos o caminho mais curto para o mundo do trabalho.**

### Em 2006 o Senac comemora 60 anos de vidas.

Para falar da história do Senac, precisaríamos contar a história de mais de 40 milhões de brasileiros que nesses 60 anos começaram aqui uma história de vida profissional.

Uma história que se repete todos os anos, cada vez que um aluno se forma em um dos mais de 800 tipos de cursos, da formação inicial à pós-graduação, que o Senac oferece em todo o país.

Porque a história do Senac é assim:  
uma história de vidas.  
Uma história de futuro.

[www.senac.br](http://www.senac.br)



nas comissões, se for votado na Comissão de Constituição e Justiça e não houver recurso, ele seguirá diretamente para o Senado.

**RFS** – Que cenário o senhor vislumbra para as eleições presidenciais? Esperava por esse crescimento de Heloísa Helena? A que se deve essa preferência nas pesquisas? Isso indica um segundo turno?

**AFS** – O cenário político ainda não está definido. A senadora Heloísa Helena deve crescer nas pesquisas, assim como o Alckmin. Ainda que o presidente Lula receba mais votos que os outros candidatos, no primeiro turno ele não liquidará essa fatura. E isso será fundamental, porque no segundo turno, mesmo sem as eleições proporcionais e sem a majoritária para o Senado, teremos o verdadeiro lavar de roupa suja, ocasião em que esse governo terá de prestar contas à sociedade de todos os casos de mensalão e de sanguessugas e outros mais escabrosos, que não apareceram ainda, porque foram mascarados, mas que, em ano de eleição, no segundo turno, poderão vir à tona.

**RFS** – Caso o presidente Lula seja reeleito, como ficará a relação com o Congresso? Ele terá maioria para governar?

**AFS** – Na hipótese de o presidente Lula ser reeleito, o relacionamento do Executivo com o Legislativo ficará muito complicado. Sem dúvida, pior do que está. Ao final do primeiro ano deste novo mandato, não tenho dúvidas de que teremos sérias turbulências.

**RFS** – Que lições – para o Congresso e para o País – um parlamentado experimentado como



o senhor tira desses episódios?

**AFS** – O próximo Legislativo poderá tomar o que aconteceu como exemplo de tudo aquilo que não deve ser o Legislativo. É verdade que a gente encontra nos corredores das comissões todos os participantes do mensalão e os do escândalo sanguessugas tentando se esconder. Espero que se escondam também do voto do eleitor e não voltem, porque, lamentavelmente, é uma situação em que todos tiveram responsabilidade. A responsabilidade não é só dos parlamentares envolvidos nos casos de corrupção e de mensalão, na CPI dos Correios, na CPI dos bingos e dos sanguessugas. O Executivo é o grande responsável, pois bancou esse jogo, deu as

fichas e envolveu os parlamentares nessa trama suja. Como dono da banca, o Executivo tem muita responsabilidade.

**RFS** – O que precisaria mudar para facilitar a vida dos empresários contábeis?

**AFS** – A questão tributária de 1988 para cá se complicou muito, pois o governo criou tantas taxas, tantas contribuições, porém sem dar nada ao contribuinte em contrapartida. Com isso, o empresário contábil acaba sendo o saco de pancadas. Essa é a oportunidade de pressionar para que mudanças possam acontecer. Fui empresário de Contabilidade na época em que a empresa pagava as contribuições sociais no último dia do mês subsequente, e havia um prazo de 120 e 150 dias para pagar o IPI. Nesse tempo, o contribuinte tinha prazo para cumprir as obrigações, mas hoje não se tem mais. Não há mais condição de sobreviver à ferocidade fiscal. Apesar da informática e da tecnologia, tornou-se muito difícil o contador prestar um bom serviço aos contribuintes. E o governo precisa entender que os melhores

**O cenário político ainda não está definido. A senadora Heloísa Helena deve crescer nas pesquisas**

## ENTREVISTA

fiscais sãos os empresários contábeis e não criar tanto caso, tanto problema nem tanta dificuldade. Com isso, o cliente joga sobre o contador a responsabilidade por não ter conseguido o CNPJ. Mas ainda vejo horizonte para mudanças. Esse exemplo do projeto da Redesim representa um verdadeiro avanço para facilitar o trabalho dos empresários contábeis. Espero que o próximo Congresso possa ter um ativo de realizações muito maior que esse passivo negativo que a legislatura atual está deixando.

**RFS** – A quem o senhor atribui a responsabilidade por tantas dificuldades para o contribuinte?

**AFS** – Na verdade, é um jogo de poder que ultrapassa governos, porque a Secretaria da Receita Federal hoje é como se fosse o terceiro mandato de FHC. Foi embora o Everardo (Maciel, ex-secretário da SRF) e ficou o segundo dele, agora titular, tiranizando tanto ou mais do que se fazia antes, com uma Receita Federal espoliando os profissionais de Contabilidade. Precisamos implorar à Receita para receber os empresários contábeis e pedirmos uma simplificação de algum procedimento. Espero que o próximo governo, seja ele qual for, quebre essa espinha dorsal da Receita Federal que não deixa ninguém se aproximar. É preciso ter mais facilidade de acesso de

negociação. A Receita trata os contribuintes como se fossem todos sonegadores, quando, na verdade, os sonegadores da Nação são os que estão à frente do Ministério da Fazenda, que quebram o sigilo de caseiro a bel-prazer e usam a Receita no jogo de pressão de poder. Isso não pode continuar acontecendo.

## RFS – Como deveria ser a relação da Receita Federal com os empresários contábeis?

**AFS** – É necessário um trabalho de parceria, pois, com isso, quem vai ganhar é a própria Receita Federal, já que nós, contabilistas, sempre cumprimos nosso papel. Precisamos, portanto, de maior valorização, maior respeito. 

No Brasil, 150.000 usuários utilizam as soluções Mastermaq em mais de 2.000 cidades.

Você certamente conhece um deles.

Converse com ele e veja como a Mastermaq o ajuda diariamente. Venha e descubra como podemos ajudá-lo a desenvolver o seu negócio.

- 14 anos de mercado
  - 4 Filiais: RJ, SP, PR, RS
  - 55 centros de atendimento
  - Mais de 145.000 sistemas instalados

Estamos perto de você!

AL  
A MAI JUAN A  
SAÚDE GUILHERME CLAUDIO  
FRANCISCO ISABELA ANA KÁTIA JANE  
LEZA ANDRÉ JOAQUIM MARCOS VANESSA  
EDUARDO LUCIANA JOSÉ FELIPE CARLA FAUSTO ELEN  
MARCELO IVONE ANTÔNIO LETÍCIA CRISTINA MÁRCO  
GUILHERME EDUARDO MARIA FRANCISCO MAURICIO  
CLAUDIA FELIPE JORGE JOÃO MARLENE MILTON EMIL  
RA MARCOS JÚLIO ALFREDO NEIVA SHIRLEY  
ALBERTO PAULO ROBERTO  
AYA MÁRCIO ISABELA CARMEN  
VENDO JÚLIO MARISTELA NUNES  
JOÃO ANGELINA VAGNER COUTINHO  
BERTO LETÍCIA PAULSEN  
DIANA ÉDER AI  
LEONARDO  
DRE VIVI  
JANO LAPA  
JULIA  
IPT  
 mastermaq

Mastermag Informática - Tel.: (31) 2122-6430 / 0800 786 200 - E-mail: vendas@mastermag.com.br - www.mastermag.com.br

# Redesim chega à Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO QUE CRIA A REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS DEVE ENTRAR NA PAUTA DA CCJ, PARA VOTAÇÃO, NO PRÓXIMO MÊS DE OUTUBRO

**N**o dia 12 de julho passado, deu-se mais um passo para a desburocratização dos procedimentos de abertura, manutenção e encerramento de empresas no Brasil. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo do relator, deputado Lupércio Ramos (PMDB-AM), aos projetos de lei nº 6529/06, 5288/05 e 5806/05, que tratam da modernização do registro público de empresas mercantis.

O Projeto de Lei cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim),

estabelece diretrizes para simplificar e integrar os procedimentos de abertura, manutenção e encerramento de empresas e disciplina a instalação da Central de Atendimento Empresarial (Fácil).

O Projeto estava na pauta da CDEIC há três semanas e não foi votado por falta de quórum. Para que a votação não fosse adiada para o segundo semestre, as Juntas Comerciais, a Fenacon e outras entidades e órgãos interessados na aprovação do Projeto pressionaram os parlamentares membros da Comissão a comparecerem à sessão.

Na avaliação do vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, o Projeto somente foi

votado devido à pressão das entidades e das Juntas Comerciais. “A Fenacon visitou todos os gabinetes dos membros da Comissão e entregamos uma carta, em que explicamos a importância do Projeto e pedimos a presença do deputado na reunião do dia 12 de julho”, conta Pietrobon. Outro fator importante que contribuiu para votação do Projeto, segundo o vice-presidente, foi a mudança de pauta solicitada pelo deputado Gerson Grabrielli (PFL-BA). “O Projeto foi votado logo após a abertura da sessão; pouco tempo depois, começou a Ordem-do-Dia e encerrou-se a sessão”, explica.

Para o presidente da Fenacon, Carlos Castro, a aprovação desse Projeto representa também uma vitória para a Fenacon, que, desde 2004, trabalha em conjunto com o Departamento Nacional de Registro do Comércio, para aprovar dispositivos que simplifiquem os procedimentos de abertura de empresas. “Inicialmente cuidamos da elaboração do Projeto e, depois, fomos ao Congresso Nacional convencer os parlamentares da importância da matéria. No mês de julho, o vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, visitou todos os gabinetes dos parlamentares membros da Comissão, com o intuito de pedir apoio à



Deputado Gerson Gabrielli, Valdir Pietrobon, Luiz Fernando Antonio, deputado Lupércio Ramos e Erle Ximenes Rodrigues, durante a votação do Projeto Redesim

aprovação urgente do Projeto”, explica Carlos Castro.

### Tramitação

O Projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) e já foi nomeado o relator, deputado Inaldo Leitão (PL-PB). Mas só deve entrar em pauta em outubro, pois até lá está cumprindo prazo para apresentação de emendas.

Na opinião do presidente da Fenacon, Carlos Castro, o esforço para aprovação do Projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico valeu a pena. “A luta agora é na CCJ; queremos que esse Projeto seja votado ainda este ano. Temos que fazer o mesmo trabalho com os parlamentares dessa Comissão, caso contrário a votação do Redesim só vai ocorrer no próximo ano”, explica o presidente da Fenacon.

### Benefícios

Segundo o Executivo, o Projeto é motivado pela idéia da racionalização de procedimentos, eliminando exigências burocráticas e integrando os vários órgãos e entidades federais, estaduais e municipais. “Há anos a sociedade brasileira vem pedindo que os procedimentos sejam facilitados, para promover uma maior formalização da atividade econômica, com a correspondente melhoria nas condições de emprego e renda”, diz o ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan.

O presidente da Fenacon, Carlos Castro, considera a aprovação desse Projeto uma grande conquista para todo o segmento empresarial brasileiro. “São inúmeras as vantagens que o Redesim vai proporcionar ao empresariado. A redução dos prazos e dos custos



**Presidentes das Juntas Comerciais e o diretor de Registro Mercantil do DNRC assistem à votação do Projeto**

para abrir e fazer funcionar uma empresa, com a simplificação e racionalização dos processos, são exemplos desses benefícios”, explica Carlos Castro.

Na avaliação do deputado Gerson Gabrielli, o Projeto que cria a Redesim deve ser transformado em lei o quanto antes, dada a sua importância para todos os setores da economia brasileira.

Para o diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, Luiz Fernando Antonio, a criação da Redesim pretende resolver a questão da burocracia para abertura, alteração e baixa de empresas, simplificando e racionalizando o processo e objetivando a redução de custos e prazos. “O retrabalho do cliente e dos órgãos e entidades integrantes deverá ser significativamente reduzido, esperando-se, também, aumento da

eficiência e eficácia dos órgãos fiscais e aumento da satisfação do cliente em seu relacionamento com os órgãos públicos”, explica Luiz Fernando.

O presidente da Junta Comercial do Estado do Ceará, Erle Ximenes Rodrigues, avalia que o Projeto que cria a Redesim representa um avanço para a economia. “Com a aprovação do Projeto Redesim, deu-se um grande passo para a simplificação do registro do comércio. Façamos votos que siga urgentemente para a Comissão de Constituição e Justiça para ser aprovado ainda este ano”, diz Erle.

Na opinião do relator, deputado Lupércio Ramos, o “Projeto da Redesim representa uma grande vitória, especialmente para o cidadão brasileiro, que atualmente perde tempo e dinheiro na hora de abrir sua empresa e começar a trabalhar”. ●

### Parlamentares que compareceram à reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Léo Alcântara (PSDB-CE)  
Gerson Gabrielli (PFL-BA)  
Paulo Afonso (PMDB-SC)  
Lupércio Ramos (PMDB-AM)  
Gonzaga Mota (PSDB-CE)  
Anivaldo Vale (PSDB-PA)

Edson Ezequiel (PMDB-RJ)  
Ronaldo Dimas (PSDB-TO)  
Benedito Dias (PP-AP)  
Nelson Marquezelli (PTB-SP)  
Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)



## A via crucis das Certidões Negativas

Leonardo Sperb de Paola \*

**N**ão há nada de bom neste mundo que, pelo abuso, não possa se tornar algo de mau. Isso bem se aplica às certidões negativas de débitos tributários. Em princípio, a exigência desses documentos, para participar de licitações, obter crédito (de instituições financeiras públicas), e, mais recentemente, receber pagamentos é salutar, protegendo não só o interesse público, mas também o das empresas que mantêm em dia o cumprimento de suas obrigações tributárias e que são amiúde prejudicadas pelas que reduzem seus custos e, logo, seus preços, por deixarem de recolher tributos. Por sinal, para evitar responsabilidades tributárias, mesmo os contratantes particulares têm, ultimamente, passado a exigir a apresentação de certidões, como requisito para liberação de pagamentos. Porém, notórias deficiências do fisco no gerenciamento desse mecanismo acabaram por transformá-lo em algo odioso, em uma fonte adicional de custos e dificuldades mesmo para empresas que observam seu dever perante o fisco. Por sinal, a esse respeito, foi divulgado um estudo da auditoria PricewaterhouseCoopers, dando

uma dimensão aproximada do problema: 92,7% das empresas alcançadas pela pesquisa enfrentam ou enfrentaram dificuldades para obter certidões negativas; pior, muitas perderam oportunidades de negócios, em razão de pendências mínimas (abaixo do piso de recolhimento de tributos por meio de DARF).

A desorganização do fisco tem-se revelado, por exemplo, na cobrança de débitos já saldados, na tardança em eliminar pendências já resolvidas (para depois, absurdamente, reintroduzi-las no sistema) e no péssimo atendimento que os servidores prestam às empresas. Essas negligências, esse descaso com o contribuinte, chegaram a tal ponto, que houve necessidade de uma regra para estabelecer um prazo de trinta dias para a Receita Federal examinar pedidos de revisão de pagamento apresentados por contribuintes,

**A desorganização do fisco tem-se revelado na cobrança de débitos já saldados e na demora em eliminar pendências**

após o qual, mesmo sem resposta, a certidão deverá ser outorgada. Esse prazo, todavia, também é longo demais e muitas empresas que não podem aguardar seu transcurso são obrigadas a ingressar com ações judiciais em busca de uma liminar que lhes garanta a certidão.

Cada vez que não é possível obter certidão pela internet, resta aos interessados dirigirem-se às filas intermináveis das repartições fazendárias, ainda de madrugada, para, de posse de uma senha, aguardar por horas que Sua Majestade, o servidor (de quem? De si próprio), digne-se a atender o suplicante, o que, usualmente, é feito com o máximo de má vontade e truculência. A cada “visita”, uma pequena dificuldade é levantada. Saneada essa, nova visita, nova dificuldade. E assim por semanas, às vezes, por meses. Para evitar esse vaivém de enlouquecer, há quem sugira (no referido estudo, por exemplo) que a primeira solicitação do contribuinte opere como um ponto de corte, isto é, resolvido o problema apurado, a certidão deveria ser, sem mais, outorgada, e as novas pendências ser consideradas apenas quando, vencida uma, fosse solicitada outra.

Além disso, as greves endêmicas e intermináveis dos servidores do fisco (que abusam de um direito fundamental, sem sofrer

qualquer tipo de sanção, e transformam o cidadão em uma espécie de refém, diga-se de passagem) são outro obstáculo, a ser enfrentado pelas empresas, às quais restam ações judiciais que, em condições normais, poderiam ser dispensadas. E não seria difícil resolver pelo menos esta dificuldade: bastaria o fisco prorrogar automaticamente a vigência das certidões, enquanto o estado de greve perdurasse. É o que fez o INSS em 2005, diante das greves contínuas de seus servidores. Porém, a administração da Receita Federal, pouco preocupada com os danos causados aos contribuintes, nada fez até agora nesse sentido.

Há, ainda, uma “esperteza” que vem sendo utilizada pelo fisco, que consiste em retardar a execução do crédito fiscal apurado. E por quê? Porque, ajuizada a execução fiscal e devidamente garantido o crédito exequendo, o contribuinte volta a ter direito a obter certidões com efeitos equivalentes aos de negativas (consoante dispõe o art. 206 do CTN), podendo, então, por meio de embargos, questionar a exigibilidade do crédito. Mas a inação do fisco, às vezes intencional, mantém o crédito sem garantia e, logo, sem possibilitar a outorga de certidão ao contribuinte. Nesses casos, resta antecipar, por diversas ações, a garantia em Juízo, o que tem sido,

em geral, aceito pelo Judiciário.

Uma consequência dos abusos aludidos é a multiplicação de demandas judiciais, que poderia ser evitada por uma gestão mais competente e séria do problema. De fato, hoje, grande parte das ações tributárias está ligada, direta ou indiretamente, à recusa de certidões.

Enfim, as certidões são uma boa arma de defesa do fisco e da sociedade contra o mau pagador, mas uma arma em mãos inábeis. ●

\*Leonardo Sperb de Paola é Doutor em direito, professor da FAE Business School, advogado e sócio da Rivera & De Paola Advogados.

## Softwares Contábeis Alterdata

Mais tecnologia e recursos para quem valoriza o seu tempo

### BI - Business Intelligence

Em uma consulta você vê, de todas as empresas, funcionários com altos salários e férias vencidas, último reajuste e muito mais.

### Conciliação Bancária Eletrônica

Concilia diretamente através do arquivo do banco.

### Geração de DCTF

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.

### Balancete Dinâmico

Veja na tela o saldo das contas por mês de vários meses, podendo inclusive alterar lançamentos.

### CRM para Escritórios Contábeis

Facilitando e ampliando o relacionamento com seu cliente

### Alterdata Document Center

Disponibilize gratuitamente\* documentos, notas e guias para seu cliente usando a Internet (\*gratuitamente para clientes com contrato de manutenção para a Alterdata).

Conselhos Especializados para Todos  
0800-704-1418  
[www.alterdata.com.br](http://www.alterdata.com.br)  
conheça, avalie e compre!



### Integração sem complicação



**ALTERDATA**  
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

Principais Representações em: AL - Macapá • AM - Manaus • BA - Petrópolis • SE - Aracaju • DF - Brasília • ES - Cachoeiro de Itapemirim • Lajes • Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luís • MG - Belo Horizonte • Juiz de Fora • Montes Claros • Uberlândia • MS - Campo Grande • MT - Cuiabá • PA - Belém • Ceilândia • PB - João Pessoa • PE - Petrolina • Recife • PR - Curitiba • Londrina • RJ - Angra dos Reis • Araruama • Campos • Duque de Caxias • Macaé • Nova Friburgo • Nova Iguaçu • Petrópolis • Rio de Janeiro • Teresópolis • Volta Redonda • RN - Natal • RO - Lajeado • Passo Fundo • Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Ribeirão Preto • São Paulo • São Carlos



## **Enquanto a Lei Geral não é aprovada...**

**André Silva Spínola\***

**T**odos conhecem a situação arrastada da votação da Lei Geral da Pequena Empresa no Congresso Nacional, tão importante para o segmento empresarial. Já se passaram meses sem que a matéria tenha sido apreciada pelo plenário da Câmara dos Deputados, ora por força das medidas provisórias que trancam a pauta, ora pela falta de quórum, ora pela falta de acordo entre bancadas para votação. O fato é que já são mais de seis meses de espera e, caso sua votação seja postergada para 2007, os pequenos negócios só verão seus desdobramentos a partir de 2008.

Não obstante, vários estados têm se movimentado nesse ínterim para contemplar o segmento com melhorias em suas legislações estaduais. Como exemplo, citamos os estados do Paraná, da Paraíba, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

No Paraná, em abril passado, o limite de isenção de ICMS foi ampliado de R\$ 216.000,00 de receita bruta/ano para R\$ 300.000,00, e o limite de adesão ao Simples estadual passou de R\$ 1.800.000,00/ano para R\$ 2.400.000,00. Ressalte-se que, assim como em São Paulo e no Rio

Grande do Sul, essa isenção abrange todos os optantes pelos respectivos regimes, uma vez que vale para os valores iniciais auferidos pelas empresas comerciais e industriais. Estima-se que 150 mil empresas tenham sido beneficiadas. Mesmo com essas mudanças, a receita tributária daquele estado aumentou 5,7% no 1º trimestre de 2006.

Já o estado da Paraíba, mesmo sofrendo de notória desvantagem socioeconômica, se comparado com os outros estados citados, também adotou medidas para desonerar os pequenos negócios. Desde junho, o ParaíbaSim tem seu teto de adesão ampliado de R\$ 720.000,00 de receita bruta/ano para R\$ 1.200.000,00, com alíquota máxima de 1%, quando anteriormente a maior era de 3,5%. Já o limite de isenção foi ampliado de R\$ 30.000,00 de receita bruta/

ano para R\$ 60.000,00, além de revogada a antecipação tributária para os pequenos negócios. No total, cerca de 20 mil contribuintes serão beneficiados.

O Rio Grande do Sul reformulou completamente o Simples Gaúcho por meio de lei aprovada no fim de 2005, mas que somente entrou em vigor em junho passado. O novo regime daquele estado passa a ter o limite máximo de enquadramento de R\$ 2.425.725,00 de receita bruta/ano, em vez de R\$ 1.594.553,40. O teto de isenção subiu de R\$ 107.769,81 de receita bruta/ano para R\$ 244.513,08.

Por fim, em São Paulo, o limite de isenção de ICMS foi ampliado de R\$ 150.000,00 de receita bruta/ano para R\$ 240.000,00 e o limite de adesão ao Simples estadual, dobrado, passando de R\$ 1.200.000,00/ano para R\$ 2.400.000,00, o que possibilitou a adesão de mais 75 mil empresas. Por fim, as MEs e EPPs daquele estado passaram a estar isentas de uma série de taxas estaduais.

Em termos municipais, e ressalte-se que a grande maioria dos municípios não dá o devido valor aos pequenos negócios, somente despertando para o tema agora, tivemos a grata satisfação de conhecer a Lei Geral Municipal da MPE dos municípios de Maringá/PR e Cariacica/ES. Esses

**A verdade é que a grande maioria dos municípios não dá o devido valor aos pequenos negócios**

## LEI GERAL

são municípios com população com cerca de 300 mil habitantes, portanto, de médio porte, que contarão com legislações abrangentes e inteligentes, desenhadas à luz do projeto da Lei Geral Federal, que contempla desoneração tributária, desburocratização da abertura e fechamento de empresas, compras governamentais, entre outros assuntos de impacto para o segmento.

Os estados e municípios estão se movimentando para melhorar o tratamento dado aos pequenos negócios, com ações arrojadas e desapego dos velhos dogmas da “perda de arrecadação” e da “perda de poder”. Torna-se cada vez mais notório que o papel do segmento das pequenas empresas não é ser

fonte geradora de tributos, mas fonte de empregos, ocupação e renda, de modo descentralizado. Assim será capaz de responder pela efetiva democratização de oportunidades, aquecer a cadeia produtiva, para que as grandes indústrias e atacadistas também vendam mais, com o consequente aumento no consumo de insumos. Aí, sim, deve haver a incidência concentrada de tributos sobre aqueles que têm um quase imensurável poder de escala, além das tradicionais fontes de arrecadação que são combustíveis, energia elétrica, bebidas e telefonia.

Se no âmbito estadual e municipal as políticas públicas estão acontecendo, no cenário federal, o segmento aguarda ansiosamente a Lei Geral. É um

projeto que nasceu de uma mobilização empresarial em prol da pequena empresa nunca antes vista. Sua não-aprovação ainda em 2006 gerará um forte sentimento de frustração e decepção nesse setor, que engloba quase 5 milhões de empresas formais e 10 milhões de informais, pois postergará por mais um ano e meio não só as dificuldades vivenciadas por esses empresários, mas também a falta de políticas públicas sistemáticas e globais com foco nesse segmento, o que deságua na alta informalidade que permeia o tecido econômico brasileiro. ●

\*André Silva Spínola é consultor da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional.

## FENACON

### Nova CNAE-Fiscal deve ser aprovada em agosto

Com data marcada para entrar em vigor a partir de janeiro de 2007, a nova versão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) deve ser aprovada em agosto deste ano, quando será submetida à Comissão Nacional de Classificação (Concla).

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, participou, no dia 26 de julho, no Rio de Janeiro, de reunião com a coordenadora das Estatísticas Econômicas e Classificações do IBGE, Magdalena Cronemberg Góes, para discutir as principais alterações da CNAE. O objetivo da reunião foi colher informações para que a Fenacon possa orientar os empresários contábeis a trabalharem com a nova



Lindberger Augusto da Luz, Valdir Pietrobon e Magdalena Cronemberg

classificação de atividades econômicas.

Na reunião, Magdalena Cronemberg destacou a importância dos empresários contábeis para a aplicação da nova versão da CNAE-Fiscal e

colocou a equipe do IBGE, responsável pela elaboração da CNAE, à disposição da Fenacon para prestar esclarecimentos sobre o assunto, inclusive fazer palestras e debates nos Sindicatos filiados. ●

# Diretoria da Fenacon discute pauta com ministro Furlan

A FENACON PEDE APOIO AO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR PARA CONSEGUIR UMA VAGA NO COMITÊ GESTOR, A SER CONSTITUÍDO PELA LEI QUE CRIA A REDESIM

**E**m audiência, que ocorreu em Brasília no dia 2 de agosto, o presidente da Fenacon, Carlos Castro, acompanhado do vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon, apresentou ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, diversos assuntos de interesse dos segmentos representados, tais como o Projeto que cria a Redesim, a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, o Cadastro Unificado das Receitas, estaduais e municipais, e a votação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas.

Em relação ao Projeto que cria a Redesim, a Fenacon solicitou ao ministro Furlan uma vaga no Comitê Gestor, que será formado logo após a aprovação da Lei. O ministro Furlan prometeu estudar o assunto.

Quanto à implantação da Nota Fiscal Eletrônica, a Fenacon pediu ao ministro que intercedesse perante o Grupo de Trabalho do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) para disponibilizar o arquivo eletrônico também aos usuários e não apenas ao Fisco, como está previsto. No que diz respeito à implantação do Cadastro Unificado, a Fenacon é favorável, mas teme que, pela atual composição do cadastro da Receita



O presidente da Fenacon, Carlos Castro, e o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, em audiência

Federal, possa haver mais problemas que soluções.

O ministro encaminhou esses dois assuntos para análise de sua equipe técnica. No mesmo dia da audiência, o presidente da Fenacon, Carlos Castro, reuniu-se com o secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Edson Lupatini Junior, para expor os motivos dessas mudanças.

Para Carlos Castro, a adoção de procedimentos simples e restritos à esfera da Receita Federal permitirá a correção da maioria dos problemas cadastrais. "Essas correções irão viabilizar uma unificação rápida, segura e sem

traumas, tanto para o Fisco, quanto para os Contribuintes", explica Carlos Castro.

A Fenacon também pediu o apoio do ministro Furlan para tornar mais ágil a votação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, na pauta da Câmara dos Deputados, desde o início deste ano.

Carlos Castro avalia que todos esses projetos são de extrema importância para o desenvolvimento do País, e a Fenacon, como entidade que representa a grande maioria dos usuários desse sistema, pode contribuir com sua experiência para o aprimoramento desses serviços. ●

## Fenacon contesta estudo do Banco Mundial sobre empresas

O Banco Mundial (Bird) apresentou no dia 26 de julho, no Rio de Janeiro, relatório de competitividade, em que o Brasil aparece em 119º lugar em uma lista de 155 países. Nas contas do Bird, o prazo médio para abrir uma empresa é de 152 dias.

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, que participou da reunião, avalia que o Banco Mundial deveria considerar, para pesquisa, os 27 estados

brasileiros e ouvir também entidades, como a Fenacon, que representa cerca de 98% das empresas empenhadas no processo de abertura e encerramento de empresas, para que não haja equívocos. "A Fenacon realizou uma pesquisa com os sindicatos filiados, a qual mostrou que o prazo de abertura de empresas, no Brasil, é em média de 50 dias", explica Pietrobon.

Não é só a Fenacon, porém, que

discorda do Banco Mundial. Um estudo realizado por técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) revela que, em 2005, a abertura de uma empresa no país levou em média 39,5 dias. Segundo o MDIC, embora tenha sido adotada a mesma metodologia utilizada pelo Bird em sua pesquisa, o governo federal leva em conta informações dos 27 estados, enquanto o Banco Mundial pesquisou apenas 12 estados. ●

## Fenacon discute medida para facilitar a vida dos pequenos

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, participou no dia 18 de julho, em Brasília, de reunião promovida pelo Sebrae Nacional para discutir iniciativas para a simplificação de abertura, manutenção e encerramento de empresas. No encontro, foram analisadas as

normas e os procedimentos em vigor atualmente para definir a melhor forma de orientar o pequeno empreendedor para abrir, manter e encerrar uma empresa. A próxima reunião para dar continuidade ao trabalho está marcada para agosto.

Na avaliação de Pietrobon, é

importante a presença da Fenacon, porque esse é um tema que está diretamente ligado às atividades do dia-a-dia dos empresários contábeis. "A Fenacon defende a simplificação desses procedimentos exatamente para facilitar a vida do cidadão brasileiro", explica Pietrobon. ●



### FISCOSoft On Line Informações Fiscais e Legais na Internet

Acesso Gratuito  
por 7 dias!

[www.fiscosoft.com.br/fenacon](http://www.fiscosoft.com.br/fenacon)



Fone: (11) 3214-5800

## Fenacon sugere alteração na Medida Provisória nº 303/06

A Fenacon encaminhou ao deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sugestão de emenda à Medida Provisória nº 303/06, que trata do parcelamento de débitos federais com a Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o INSS.

A sugestão se refere ao artigo 3º do texto da MP, que trata do valor mínimo da prestação do refinanciamento para pessoas jurídicas. A Fenacon propõe que o valor de R\$ 2.000,00, previsto na MP, passe para R\$ 500,00. Pedido semelhante também foi feito ao

deputado José Pimentel(PT-CE), relator da MP na Câmara dos Deputados. A alteração é necessária, pois cerca de 80% das empresas que atuam no setor de serviços são de pequeno porte, e só não estão enquadrados no Simples porque a legislação não permite. ●

## Fórum das Microempresas discute medidas para o setor

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, participou, no dia 6 de julho, em Brasília, da 9ª Reunião Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, realizada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contou com mais de 70 representantes da iniciativa privada e do setor público.

A reunião contou com a presença dos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando

Furlan; do Planejamento, Paulo Bernardo; e do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, entre outras autoridades e centenas de representantes do setor das Micros e Pequenas Empresas do País.

Durante o encontro, Pietrobon solicitou a inscrição efetiva da Fenacon no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. “A inclusão da Fenacon como entidade integrante do Fórum se justifica, pois a defesa das microempresas é uma luta constante da entidade”, explica o vice-presidente. A diretora do

Departamento de Micross, Pequenas e Médias Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Cândida Maria Cerviari, esclareceu que vai receber o pedido da Fenacon e submetê-lo ao processo eleitoral do Fórum. Até que saia a resposta, Cândida convidou a Fenacon a participar de todas as reuniões do Fórum.

O ministro Furlan, que fez a abertura desse evento, falou sobre a importância da aprovação da Lei Geral e do Projeto Redesim, que cria um cadastro nacional de empresas. ●

## STF declara inconstitucional a nova base de cálculo da Cofins

Em novembro passado, o Superior Tribunal Federal, por maioria de votos, declarou inconstitucional a lei que fixava nova base de cálculo de PIS/PASEP e Cofins. Foi anulado o parágrafo 1º, do artigo 3º, da Lei 9.718/98.

Pela norma, as contribuições deveriam ser calculadas com base na receita operacional das empresas, e não apenas no faturamento.

Por maioria de votos, os ministros do Supremo entenderam

que a lei era inconstitucional porque não cabe a lei ordinária legislar sobre matéria tributária.

Essa decisão provocou o ingresso de centenas de ações judiciais de empresas de médio e grande porte com a mesma causa de pedir. Entretanto, milhares de empresas de pequeno porte não estão pleiteando a restituição das contribuições recolhidas a maior em decorrência das despesas processuais a que estão sujeitas.

Desta forma, a Fenacon reivindicou junto a Ministra Ellen Gracie, presidente do STF, em nome dessas prestadoras de serviços vinculados a sua representação, que seja realizado com celeridade todos os atos necessários para que essa decisão possa surtir efeito erga omnes (para todos), para favorecer a todas as empresas, principalmente as pequenas, que estão na mesma situação das que lograram êxito na Suprema Corte. ●

# Compromisso com a responsabilidade social

Rogério Rokembach\*

**P**ara nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, uma nova economia se implante e um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado.” Esta frase é do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que já em 1979 propunha um novo modelo de organização da sociedade civil, mais solidária, que, entre outras iniciativas, culminou com o projeto Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria. Ele mobilizou a sociedade, transformando em atitude a vontade de colaborar do brasileiro, assim como a solidariedade que lhe é uma característica peculiar.

Nos últimos anos, de maneira mais constante, as empresas brasileiras também têm mostrado sua preocupação com as questões sociais de nosso País.

E muitas iniciativas nessa esfera são dignas de elogios.

O que às vezes nos preocupa é a banalização de um tema tão sério como é a “responsabilidade social”. Muitas empresas adotam esse tipo de gestão, buscando unicamente a melhoria de sua imagem ou, ainda, se dizem socialmente responsáveis em uma incrível estratégia de *marketing*, sem a responsabilidade que o tema exige.

Ações de fachada não resolvem questões sociais. Além disso, a falta

de comprometimento com a responsabilidade social assumida publicamente, mais dia menos dia, pode ter um efeito negativo.

Cada empresa deve, sim, assumir compromissos de responsabilidade social, e os profissionais da Contabilidade podem ser agentes muito importantes nesse processo. Mas, para isso, não precisa fundar uma ONG nem uma associação, basta ajudar aquelas que já existem e que trabalham com essa finalidade, sugerindo aos clientes, por exemplo, a doação a projetos com fins sociais, passíveis de abatimento em Imposto de Renda e ICMS; não é preciso ser uma corrente do terceiro setor, podemos ser aliados deles, que foram constituídos com essa finalidade.

Além disso, podemos sugerir que a empresa tenha maior comprometimento socioambiental, fazendo investimentos nesse sentido. Convém dizer que a responsabilidade social faz parte de



uma conjuntura muito maior, cuja essência é a forma de valorização de seus relacionamentos e da atuação de seus colaboradores. Uma outra ação possível é, ainda, incentivar o voluntariado e tomar iniciativas em nosso âmbito que, somadas a outras, adquirem dimensões significativas. Devemos alertar que as ações sociais vão possibilitar uma projeção institucional positiva da empresa e dos colegas, desde que tenham respaldo ético e visem à cidadania, sendo genuínas e constantes.

Acredito na sociedade e nos cidadãos que a compõem e nas empresas que buscam soluções para os problemas sociais, já que os governos não têm sido capazes de resolver sozinhos os desafios sociais que estão aí. E acredito que a mobilização da sociedade para ajudar a desenvolver projetos já existentes permitirá o verdadeiro exercício da cidadania.

Finalizo com a declaração do Betinho, que sintetiza a necessidade de nossas ações: “Miséria é imoral, C pobreza é imoral. Talvez seja o maior crime moral que uma sociedade possa cometer. Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”. ●

**Nos últimos anos, as empresas brasileiras também têm demonstrado preocupação com os temas sociais**

\*Rogério Rokembach é presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

**:: REGIÃO SUDESTE ::**  
**Sescon-Baixada Santista**

**Sescon-BS promove encontro de empresários com a Caixa Econômica**



**Sescon-BS promove encontro de empresários contábeis com a CEF**

O Sescon-Baixada Santista, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), promoveu, no dia 23 de junho, a palestra Correspondente Bancário Contábil, com o objetivo de convidar os empresários de Contabilidade da região a formalizarem parceria com a instituição bancária.

O evento, que aconteceu no auditório do Sescon-BS, contou com a presença do gerente da Superintendência Regional Baixada Santista, Luiz Carlos Gimenez de Souza; do vice-

presidente de fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SP), Domingos Orestes Chiomento; do presidente do Sescon-BS, Orival da Cruz; dos diretores do Sindicato e de dirigentes locais.

Durante a palestra, Luiz Carlos falou sobre os dois principais objetivos da parceria: apoiar o desenvolvimento socioeconômico de regiões e de empresas do País, disponibilizando linhas de crédito, produtos e serviços bancários; e propiciar melhores condições de

competitividade para micros, pequenas e médias empresas. Segundo o gerente, cerca de 80% delas não tomaram crédito em 2004, devido à exigência de garantias reais.

A idéia, portanto, é facilitar o acesso ao crédito, tendo as empresas de Contabilidade como elo entre seus clientes e a CEF. Entre os benefícios, como, por exemplo, as empresas contábeis poderem atuar como correspondente bancário, Luiz Carlos citou outros como o pagamento de tarifas especiais pela prestação dos serviços, o atendimento diferenciado no acesso às linhas de crédito e o cartão de crédito como mais uma opção de meio de pagamento e crédito para as empresas e seus clientes.

O evento teve apoio da Associação dos Contabilistas de Santos (ACS), do Sindicato dos Contabilistas de Santos, do Sescon-SP e da Fenacon. Os participantes contribuíram com um quilo de alimento não perecível, que foi doado às entidades carentes da Baixada Santista.

**Sescon-Baixada Santista**

**Sescon-Baixada Santista facilita Certificação Digital**

O Sescon-Baixada Santista formalizou parceria com a CertiSign para certificar digitalmente as pessoas jurídicas e físicas que atuam nos 10 municípios que integram a base territorial na Baixada Santista. Os agendamentos já podem ser feitos

na secretaria do Sindicato.

Conforme enfatizou o presidente do Sescon-BS, Orival da Cruz, a Certificação Digital é uma tendência mundial para tornar mais ágeis as relações comerciais e fiscais. “O empresário que não se adequar corre o sério risco de

perder competitividade, ou seja, clientes, mercado e dinheiro”, disse Orival. “Esta é uma contribuição que o Sescon-BS está dando não só para o segmento que representa, mas para toda a sociedade, que vai se beneficiar com ela.”

**:: REGIÃO SUDESTE ::**  
**Sescon-Rio de Janeiro**

## Projeto Qualidade Necessária terá sua segunda turma

O Sescon-RJ, em parceria com a empresa Diretiva, lançou, em novembro de 2005, o Projeto Qualidade Necessária (PNQ), que já é um sucesso. O Projeto tem o objetivo de preparar as organizações a buscarem o reconhecimento e o retorno de seu trabalho por meio do treinamento para execução de uma série de atividades, visando fortalecer suas rotinas diárias e melhor equiparar seus controles usados para rastrear informações. A segunda turma está prevista para o

2º semestre de 2006. O Projeto trabalha com uma metodologia patenteada e já implantada em aproximadamente 500 organizações nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O Programa Comprometimento Total ao Cliente (CTC) permite medir o desempenho da empresa, para que supere suas metas e objetivos e consiga ser recomendada para receber o Selo de Qualidade, por critérios baseados nos requisitos da NBR ISO 9001 e no Programa

Nacional da Qualidade (PNQ).

De acordo com o cronograma do Projeto, a certificação da primeira turma, que conta com 14 empresas, está prevista para novembro de 2006, após a última etapa do processo, a auditoria externa, fase em que se apontarão as empresas aptas a receber o Selo de Qualidade.

Segundo a coordenadora do Projeto no estado do Rio de Janeiro, Rosimeri de Andrade, a criação do Selo é um marco para os profissionais da área da Contabilidade.

**Sescon-São Paulo**

## Sescon-SP discute implantação da Nota Fiscal Eletrônica com a Fazenda

Dirigentes do Sescon-SP estiveram reunidos com a equipe técnica responsável pelo projeto de implantação da Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, no último dia 6 de julho.

O Sindicato havia entregue ofício ao coordenador da Administração Tributária (CAT), Henrique Shiguemi Nakagaki, no dia 8 de junho, alertando que as empresas com receita anual de até

R\$ 48 milhões (limite do chamado sistema de tributação federal pelo “Lucro Presumido”) poderiam ser afetadas negativamente pela implantação do Projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

A equipe da Sefaz-SP atendeu ao pedido da entidade e encaminhou as sugestões ao órgão responsável pela implantação do novo sistema no País, o que para o Sescon-SP foi um avanço.

Um dos pleitos que devem ser

atendidos é o uso dos documentos fiscais Modelos 1 e 1-A, no caso de contingência, em substituição ao impresso em papel de segurança.

Além disso, os técnicos ressaltaram que serão realizados estudos sobre a possibilidade de o sistema gerar relatórios com as informações necessárias, como meio de solucionar a não-disponibilização dos arquivos integrais das notas fiscais eletrônicas de interesse dos contribuintes.

**:: REGIÃO NORDESTE ::**  
**Sescon-Rio Grande do Norte**

## Grupo de Discussão de Assuntos Científicos debate temas ligados às empresas

O Sescon-RN, sempre em busca de novas oportunidades capazes de agregar conhecimento e praticidade aos atuais e futuros associados, criou o Grupo de Discussão de Assuntos Científicos. O grupo, que se reúne, a cada 15 dias, na sede do sindicato para tratar de temas

importantes da atualidade empresarial, é formado por um mediador, Fábio Miranda, associados e convidados.

As reuniões científicas tiveram início na primeira semana de junho e, desde então, foram abordados temas como a Portaria MPS/SRP nº

58 – Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD); Refis Federal e Estadual; e Benefícios da Previdência Social. O objetivo do Sescon é que as pessoas conheçam o sindicato, ou seja, saibam que está voltado para as questões das categorias que representa.

**REGIÃO NORDESTE**  
**Sescap-Ceará**

### **Sescap-CE e Fenacon prestam homenagem ao deputado José Pimentel**

O Sescap-CE e a Fenacon promoveram, no dia 14 de julho, um jantar em homenagem ao deputado federal José Pimentel (PT-CE), em Fortaleza-CE. O deputado Pimentel recebeu uma placa em agradecimento pelo empenho em incluir as empresas prestadoras de serviços na Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas.

Aproximadamente 100 pessoas participaram do evento. Entre os presentes, estavam o presidente da

Fenacon, Carlos Castro; o gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, Osório Cavalcante Araújo; e o diretor de Relações Institucionais da Fenacon, Urubatam Augusto Ribeiro. Além do presidente do Sescap-CE, Pretextato Mello, toda a diretoria do Sindicato, representantes de entidades ligadas ao setor de Serviços e

empresários estiveram presentes.

Durante o discurso, o presidente do Sescap-CE, Pretextato Mello, relatou um breve histórico do Sindicato e enfatizou a luta travada contra o aumento da carga tributária brasileira, citando a campanha publicitária encabeçada pelo Sescap-CE e pelo CRC-CE. Mello exibiu ainda vídeo da campanha e do movimento Quero Mais Brasil, do qual o Sindicato também participa.

#### **Sescap-Sergipe**

### **Sindicatos da região Nordeste discutem implantação do Fórum do Setor de Serviços**

Realizou-se, no dia 29 de junho de 2006, em Aracaju, a quarta reunião dos presidentes da região Nordeste, da qual participaram, além do presidente do Sescap-SE, José Cicinato Vieira Mello, o vice-presidente da Fenacon da região Nordeste, José Geraldo Lins de Queiros, e seis presidentes e representantes das diretorias dos estados da região.

A reunião teve em sua pauta diversos assuntos de interesse dos empresários do setor de Serviços,

inclusive a implantação do Fórum Permanente de Defesa do Setor de Serviços. A diretora para Assuntos Legislativos e do Trabalho da Fenacon, Terezinha Falcão, proferiu uma palestra para esclarecer como funciona o Fórum e quais os benefícios que ele pode trazer para o segmento.

Os empresários Noé Gomes Neto, da empresa Gomes Suporte Empresarial, e Paulo Gomes, da Digital Vison, também proferiram palestras para os presidentes dos

sindicatos da região Nordeste sobre o setor contábil.

Segundo o presidente do Sescap-SE, José Cicinato, o dia, que foi de muito trabalho, encerrou com a visita ao tradicional Forró com as bandas de sucesso nacional na Vila do Forró, na praia de Atalaia. "Foi um dia agradável para todos os que participaram do encontro. Eu e minha diretoria fizemos questão de mostrar a todos o que temos de melhor em nosso estado", diz Cicinato.

#### **Sescap-Pernambuco**

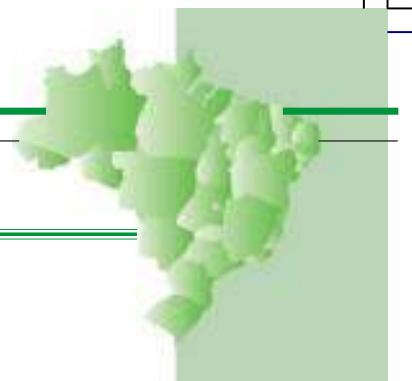
### **Novo site do Sescap-PE traz informações importantes para o associado**

O Sescap-PE lançou um *site*, mais prático e dinâmico, que permite uma fácil navegação ao usuário. Ao visitar a página, o internauta tem acesso a informações sobre o sindicato, tais como cursos, eventos, realizações e também assuntos que fazem parte do setor de Serviços, como notícias, índices financeiros,

balancetes, entre outros.

Na nova página do Sescap-PE, os profissionais vão poder acessar as vantagens de ser associado ao Sindicato, como o Programa de Aperfeiçoamento Cílico (PAC) destinado aos associados. No *site*, o internauta vai encontrar ainda informações detalhadas sobre o Programa de Qualidade das Empresas Contábeis (PQEC). Além

disso, os associados ao Programa Sescap-PE Saúde vão ter acesso à lista de médicos conveniados. A página ainda oferece o Manual de Orientação e Procedimentos para Empresas Contábeis e o Modelo de Contrato de Prestação de Serviços, que vêm sendo adotados com grande sucesso pelas empresas de contabilidade. O endereço é [www.sescappe.org.br](http://www.sescappe.org.br).


**:: REGIÃO NORDESTE ::**
**Sescap-Pernambuco**

### **Sescap-PE e Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco fazem parceria**

O segmento de Indústrias e o de Serviços de Pernambuco estão mais próximos, após parceria selada, no dia 6 de julho, entre o Sescap-PE e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe).

A parceria deu-se durante visita à sede da Fiepe pelo presidente e pelo vice-presidente do Sescap-PE, Adelvani Braz e José Félix de Souza, juntamente com o vice-presidente da região Nordeste da Fenacon, Geraldo Queiros e diretores do Sindicato.

Durante a reunião com o presidente da Federação, Jorge Corte Real, o Sescap-PE recebeu da Federação das Indústrias de Pernambuco convite para integrar o Conselho Temático de Infraestrutura da entidade, que discute o encaminhamento de projetos voltados para a melhoria dos serviços portuários, de transporte, de energia, de telecomunicação e de saneamento. Em contrapartida, o sindicato se colocou à disposição da Fiepe para qualquer ajuda sobre aspectos contábeis.



**Representantes do Sescap-PE em reunião com membros da Fiepe**

Para o presidente do Sescap-PE, Adelvani Braz, “é o início de mais uma forte parceria”.

**:: REGIÃO CENTRO-OESTE ::**
**Sescon-Mato Grosso do Sul**

### **Sescon-Mato Grosso do Sul realiza palestra sobre Sped**

O Sescon-MS promoveu, no último dia 13 de julho, uma palestra temática sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), projeto de modernização dos processos de escrituração contábil, fiscal.

O evento foi realizado em Campo Grande e teve como palestrantes o supervisor-geral do Sped, Carlos Sussumu Oda; o supervisor da

equipe de Escrituração Contábil e Fiscal de Instituições Financeiras e chefe da Divisão do Mercado Financeiro (DIFIN), Ricardo de Souza Moreira; e o coordenador de Apoio de Administração Tributária da Secretaria de Receita e Controle do Mato Grosso do Sul, Ricardo Coll.

Na ocasião, também estiveram presentes o vice-presidente do

Sescon-MS, Carlos Roberto Estrada; o delegado adjunto da Secretaria da Receita Federal de Campo Grande, Roberto Silva Junior; e o conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MS), Alcyr Moreira Fernandes, além de associados ao sindicato que, ao final da palestra, puderam ainda esclarecer dúvidas sobre o Sped.

**Sescon-Mato Grosso**

### **CRC-MT discute preenchimento de GIAs com secretário de Finanças**

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRC-MT), Ironei Márcio Santana, reuniu-se, no mês de julho, com o secretário de Finanças da Prefeitura de Cuiabá, José Bussiki Figueiredo, para discutir o preenchimento e prazo de entrega das GIAs-ICMS à Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz).

José Bussiki solicitou apoio do CRC-MT no trabalho desenvolvido

pela prefeitura, para que o estado amplie o Índice de Participação do Município (IPM). “O correto preenchimento da guia vai nos auxiliar e muito no aumento desse índice”, frisou Bussiki, assinalando que está em negociação com a Sefaz para corrigir distorções.

Com o intuito de contribuir para a eliminação de erros, o secretário José Bussiki se comprometeu a realizar cursos de

capacitação para os contabilistas. A proposta dele foi aceita tanto pelo CRC-MT quanto pelo Sescon-MT: “Esse curso vai ser muito importante. Por isso, o sindicato se encarrega de divulgá-lo”, informa Moacyr Rosa Coelho, presidente do Sescon. Moacyr Coelho sugeriu que a Secretaria de Finanças também promova cursos de capacitação em Imposto Sobre Serviços (ISS).



**REGIÃO SUL**  
**Sescap-Paraná**

## Sescap-PR incorpora e amplia base territorial no estado

No dia 23 de junho, uma Assembléia Geral realizada em Arapongas, norte do Paraná, aprovou a reincorporação de 32 municípios à base territorial do Sescap-PR. A mudança é consequência da extinção do Sescap-Apucarana, ocorrida em setembro de 2005. A Assembléia foi conduzida pelo presidente do Sindicato, Mário Elmir Berti, e pelo vice-presidente, Expedito Barbosa, ao lado dos empresários Antônio do

Carmo Simões e Osvaldo Damião.

Com a decisão dos empresários, a região voltou a ser representada pelo Sescap-PR, que já se mobiliza para implantar uma nova estrutura física e organizacional que atenda às necessidades dos associados.

Segundo Mário Berti, o trabalho perante os municípios representados começa neste segundo semestre. “Depois de efetivar a reestruturação da nova Regional, vamos implementar o

programa de qualificação profissional, com cursos de aperfeiçoamento e palestras que a entidade desenvolve com reconhecido sucesso, em toda a sua área de abrangência.”

Na opinião do presidente da Associação dos Contabilistas e Empresas Contábeis de Arapongas, Dirceu Maria, a retomada da representatividade trará inúmeros benefícios para o setor no município e na região.

### Sescon-Grande Florianópolis

## Sescon-Grande Florianópolis participa da Feira do Empreendedor

Pelo terceiro ano consecutivo, o Sescon-Grande Florianópolis participou da Feira do Empreendedor, um evento promovido pelo Sebrae, anualmente em todo o País. Entre os dias 13 e 16 de julho, mais de 30 mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções de Florianópolis.

O diretor-técnico do Sebrae Nacional, Luiz Carlos Barboza, comparou a Feira do Empreendedor a uma enciclopédia. “Em um único

espaço, o pequeno empresário que já tem ou pretende montar um pequeno negócio encontra um elenco de oportunidades oferecidas pelo Sebrae e parceiros.”

No estande do Sescon-Grande Florianópolis, contabilistas associados prestaram atendimento ao público em geral. Os profissionais puderam esclarecer dúvidas sobre como abrir uma empresa, impostos cobrados e outros assuntos da área contábil. O

atendimento ao público já acontece todos os dias no Sebrae de Florianópolis, onde contabilistas prestam assessoria gratuita ao micro, pequeno e futuro empresário em uma escala de trabalho.

“Nosso estande foi muito procurado, especialmente por pessoas interessadas em abrir seu negócio”, comenta a contabilista e membro da diretoria do Sescon-Grande Florianópolis, Marlene Mattos.

### Sescon-Santa Catarina

## Sescon-Santa Catarina apresenta planejamento estratégico

A convite do Sescon-Grande Florianópolis, o presidente do Sescon-SC, Luiz Antonio Martello, e o diretor-administrativo do sindicato, Elias Nicoletti Barth, apresentaram em Florianópolis o Planejamento Estratégico do Sescon-SC e o Projeto de Visitas 2005/2006. Este projeto consiste em visitar todas as empresas contábeis do estado de

Santa Catarina.

A apresentação aconteceu durante a reunião mensal da entidade, no dia 29 de junho, e contou com a presença de aproximadamente 40 pessoas, entre elas, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), Nilson José Göeder; conselheiros do CRC-SC e do Conselho Federal de

Contabilidade (CFC), diretores do Sescon-Grande Florianópolis e empresários da Contabilidade.

Na ocasião, também se discutiu a pesquisa que será realizada no estado, em uma parceria entre os três sindicatos catarinenses, com o objetivo de levantar os preços praticados pelas empresas de Contabilidade na prestação de seus serviços.

## :: REGIÃO SUL ::

**Sescon-Serra Gaúcha**

### **Sescon-Serra Gaúcha arrecada agasalhos para doação**

Empenhado na realização de ações sociais, o Sescon-Serra Gaúcha tomou a iniciativa de arrecadar agasalhos como pagamento da inscrição de um curso sobre o Simples Gaúcho. A iniciativa não poderia ter melhor resultado. Cerca de 200 peças de roupas foram arrecadadas na entrada para o auditório da Câmara de Indústria e Comércio (CIC) de Caxias do Sul.

O sindicato aproveitou a solidariedade dos inscritos e, no

mesmo dia, 19 de junho passado, providenciou a entrega dos agasalhos à entidade benéfica Fundação Caixa, organizadora da Campanha do Agasalho 2006, em Caxias do Sul. O presidente da Fundação Caixa, Paulo Poletto, ficou responsável pela distribuição das roupas às comunidades carentes do município, o qual sofre com as baixas temperaturas do rigoroso inverno da região da Serra.

O curso sobre o Simples Gaúcho,



**Celestino Oscar Loro e Paulo Poletto, durante a entrega dos agasalhos**

com 185 participantes, teve como palestrante o delegado da Secretaria de Fazenda de Caxias do Sul, Paulo Fernando Silveira de Castro.

**Sescap-Londrina**

### **Deputado Luiz Carlos Hauly é homenageado em Londrina**

O jantar em homenagem ao deputado foi realizado em 21 de julho, no Iate Clube de Londrina, Paraná. O evento, promovido pelo Sescap-Londrina e pela Fenacon, também comemorou o dia do contabilista.

Na ocasião, a Fenacon, representando toda a classe contábil, homenageou o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e entregou ao parlamentar uma placa pela atuação no debate sobre a Lei Geral das Micros e Pequenas

Empresas e pelo atendimento às reivindicações do setor de Serviços e, em especial, do setor contábil. A festa teve ainda um show com o comediante Diogo Portugal e com a banda Champion.

Mais de 700 pessoas estiveram presentes no evento, que reuniu dirigentes dos sindicatos filiados à Fenacon da região Sul, representantes de entidades ligadas ao setor contábil e de Serviços, empresários e associados aos sindicatos de todo o estado do

Paraná.

Durante o dia, o vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, os presidentes dos sindicatos filiados da região Sul reuniram-se para discutir temas como a realização da 11ª Conescap, em Foz do Iguaçu, no próximo ano, a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e a criação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

**Sescon-Rio Grande do Sul**

### **Parceria com o Senac-RS capacita profissionais de Contabilidade**

O Sescon-RS assinou, em 19 de junho, convênio com o Senac-RS, para oferecer aos associados, representados e colaboradores cursos de qualificação e aperfeiçoamento na área de Contabilidade. A cerimônia de assinatura da parceria pelo diretor regional do Senac-RS, José Paulo da

Rosa, e pelo presidente do Sescon-RS, Luiz Carlos Bohn, aconteceu na sede do Sistema Fecomércio-RS.

Para o presidente do Sescon-RS, Luiz Carlos, a parceria é importante, pois busca a qualificação do setor.

Segundo o gerente do Núcleo de Operações do Senac-RS, Joel Ferrer Mello, o Senac procura soluções

corporativas para as necessidades dos comerciários e comerciantes, razão das parcerias. "No caso do Sescon-RS, criamos um serviço que se encaixa às suas necessidades, como, por exemplo, o curso Prosoft na Contabilidade – que será desenvolvido nas unidades do Senac-RS", destaca o gerente.





## LIVROS

# Liderança para fazer acontecer

O poder da liderança pode contribuir com mudanças positivas em todos os campos da vida do ser humano, no trabalho, em casa, ou até mesmo em relacionamentos. O livro Liderança para Fazer Acontecer, de José Luiz Tejon, lançado pela Editora Gente, tem por objetivo mostrar às pessoas o caminho para se tornar um líder, os resultados positivos que isso traz à empresa, mas, principalmente, exemplos de empresas, cujos líderes são lembrados por várias gerações.

As análises feitas pelo autor são intercaladas com depoimentos de líderes de destaque nos mais diversos ramos de atividade como Pelé, empresário e ex-jogador da Seleção Brasileira de Futebol; Jô Clemente, presidente de honra da Associação dos Pais e Amigos do Autista (APAE); Francisco Gracioso, diretor-presidente da ESPM; Roberto Macedo,

pesquisador da USP; Ailton Leite, presidente da Tabacow; e João Carlos Martins, maestro. O prefácio de Liderança para Fazer Acontecer é assinado por Luis Sebastião Sandoval, presidente do Grupo Silvio Santos, e o posfácio, escrito pelo psiquiatra, escritor e palestrante Roberto Shinyashiki.

No decorrer da obra, Tejon esclarece vários significados da palavra liderança, como 'liderança é o que permanece quando você está ausente. Liderança é invisível'. Ele lembra que as características fortes do líder são as que o escritor chama de 3 Hs – Humildade, Humanidade e Humor. Este último para rir de si mesmo, em especial, nas ocasiões de desespero "Para que rir do que deu errado, depois de ter resolvido viver um momento de nostalgia? Ria agora".

A obra ainda explica que querer ser líder não é ter poder sobre as

pessoas, mas servir a mais gente. E quem não é líder? Pode ter sucesso na liderança corporativa implantada nas empresas? A resposta é sim, valendo-se sempre de capacitações contínuas na área que você se saia melhor.

O livro também traz testes e tabelas que irão auxiliar o leitor – um líder em potencial – a avaliar melhor sua aptidão para a liderança. ●



De José Luiz Tejon. Editora Gente, 208 páginas, 1ª Edição (2006).  
Preço: R\$ 27,00

## Sua empresa 5 vezes mais ágil.



# MultiCopan

Com cinco softwares contábeis, o *MultiCopan* vai acelerar os negócios de sua empresa. A contabilidade de sua empresa vai trabalhar com velocidade e eficiência de sobra. Os 5 sistemas são integrados: Folha de Pagamento, Escritura Fiscal, Contabilidade C.L.M., Cálculo de Tributos em Atraso, Gerenciador de Escritório.

**0800-7702040**

SP: Campinas, Praia Grande, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba. ES: Vitória. AP: Macapá



## SINDICATOS FILIADOS

### SESCAP - ACRE

Pres.: Sérgio Castagna  
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, Sl. 206,  
Centro – CEP: 69900-660 – Rio Branco/AC  
Tel.: (68) 3223-3452  
sescapac@ibest.com.br  
www.sescap-ac.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

### SESCAP - ALAGOAS

Pres.: Milene Rocha da Silva  
End.: Av. Comendador Francíscio Amorim  
Leão, 240 A, Galeria Jardim Alagoas  
Center, Sl. 05, Farol – CEP: 57050-080 –  
Maceió/AL  
Tel.: (82) 3338-2021  
sescap.al@hotmail.com  
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

### SESCAP - AMAPÁ

Pres.: Márcio Lélio P. do Nascimento  
End.: Av. Ana Nery, 1.148, Bairro Jesus de  
Nazaré – CEP: 68908-190 – Macapá/AP  
Tel.: (96) 3223-3947  
sescap@tvson.com.br  
www.webcontabil.com.br\sescap\_ap  
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

### SESCON - AMAZONAS

Pres.: Wilson Américo da Silva  
End.: Rua Monsenhor Coutinho, 477, Sl. 5,  
Centro – CEP: 69010-110 – Manaus/AM  
Tel.: (92) 3233-2336  
sesconam@vivax.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

### SESCAP - BAHIA

Pres.: Fernando César Passos Lopo  
End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573,  
Sl. 1.205/6, Ed. Royal Trade, Candeal de  
Brotas – CEP: 40289-900 – Salvador/BA  
Tel.: (71) 3452-4082  
sescapba@sescap-ba.org.br  
www.sescap-ba.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

### SESCON - BAIXADA SANTISTA

Pres.: Orival da Cruz  
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592,  
Boqueirão – CEP: 11045-002 – Santos/SP  
Tel.: (13) 3222-4839  
sesconbs@sesconbs.org.br  
www.sesconbs.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.97194-0

### SESCON - BLUMENAU

Pres.: Gelson Francener  
End.: Rua 15 de Novembro, 550, 10º  
andar, Sl. 1.009/1.010 – CEP: 89010-901  
Blumenau/SC  
Tel.: (47) 3326-0236  
sesconblumenau@flynet.com.br  
www.sesconblumenau.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

### SESCON - CAMPINAS

Pres.: Carlos José Tozzi  
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, Sl.  
22, Ed. Sada Jorge, Centro  
CEP: 13015-201 – Campinas/SP  
Tel.: (19) 3239-1845  
sesconcampinas@uol.com.br  
www.sesconcampinas.org.br

### SESCAP - CEARÁ

Pres.: Pretextato S. Quesama  
End.: Av. Washington Soares, 1.400,  
Sl. 401, Edson Queiróz  
CEP: 60811-341 – Fortaleza/CE  
Tel.: (85) 3273-5083  
sescap@sescapce.org.br  
www.sescapce.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

### SESCON - DISTRITO FEDERAL

Pres.: Paulo Cesar Terra  
End.: SHCS, CR Qd. 504, Bl. C,  
Subsolo, Lj. 60/64, Asa Sul, Entrada W2  
CEP: 70331-535 – Brasília/DF  
Tel.: (61) 3226-2456  
sescondf@sescondf.org.br  
www.sescondf.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

### SESCON - ESPÍRITO SANTO

Pres.: Rider Rodrigues Pontes  
End.: Rua Quintino Bocaiuva, 16,  
Edifício Navemar, Sl. 903, Centro  
CEP: 29010-903 – Vitória/ES  
Tel.: (27) 3223-4936  
sescon@sescon-es.org.br  
www.sescon-es.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

### SESCON - GOIÁS

Pres.: Edson Cândido Pinto  
End.: Rua 61, nº 146, Centro (Térreo)  
CEP: 74045-080  
Goiânia/GO  
Tel.: (62) 3212-4477  
sescngoias@sescngoias.org.br  
www.sescngoias.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

### SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pres.: Maurício Melo  
End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar,  
Ed. Dias Velho, Centro – CEP: 88010-903  
Florianópolis/SC  
Tel.: (48) 3222-1409  
sescon@sesconfloripa.org.br  
www.sesconfloripa.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

### SESCAP - LDA

Pres.: José Joaquim Martins Ribeiro  
End.: Rua Senador Souza Naves, 289,  
Sobreloja, Ed. Euclides Machado  
CEP: 86010-914 – Londrina/PR  
Tel.: (43) 3329-3473  
sescapldr@sescapldr.com.br  
www.sescapldr.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

### SESCAP - MARANHÃO

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro  
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque,  
s/nº, Sl. 201, Retorno do Calhau,  
Casa do Trabalhador  
CEP: 75074-220 – São Luís/MA  
Tel.: (98) 3236.6971  
sescapma@uol.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

### SESCON - MATO GROSSO

Pres.: Moacyr Rosa Coelho  
End.: Rua Hollywood, 552, Jardim  
Califórnia, CEP: 78070-340 - Cuiabá/MT  
Tel.: (65) 3634-8371  
sescommt@terra.com.br  
www.sescon-mt.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

### SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Pres.: Carlos Rubens de Oliveira  
End.: Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681,  
Jardim Monumento – CEP: 79071-030  
Campo Grande/MS  
Tel.: (67) 3387-6094 / 3387-5489  
sescomms@sescomms.org.br  
www.sescoms.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

### SESCON - MINAS GERAIS

Pres.: João Batista de Almeida  
End.: Av. Afonso Pena, 748, 24º andar  
Centro – CEP: 30130-003  
Belo Horizonte/MG  
Tel.: (31) 3273-7353  
sescon@sescon-mg.com.br  
www.sescon-mg.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

### SESCON - PARÁ

Pres.: Paulo Otávio Bastos Baker  
End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar,  
Sl. 01, Ed. Selecto, Campina  
CEP: 66017-000 – Belém/PA  
Tel.: (91) 3212-2558  
sesconpa@nautilus.com.br  
www.sescon-pa.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

### SESCON - PARAÍBA

Pres.: Rommel de Santana Freire  
End.: Rua Dom Carlos Gouveia Coelho, 330  
Trincheiras - CEP 58011-030  
João Pessoa/PB  
Tel.: (83) 3242-1128  
sesconpb@gmail.com  
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

### SESCAP - PARANÁ

Pres.: Mário Elmir Berti  
End.: Rua Marechal Deodoro, 500,  
11º andar, Edifício Império, Centro  
CEP: 80010-911 – Curitiba/PR  
Tel.: (41) 3222-8183  
sescap-pr@sescap-pr.org.br  
www.sescap-pr.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

### SESCAP - PERNAMBUCO

Pres.: Adelvani Braz da Silva  
End.: Rua José Aderval Chaves, 78,  
4º andar, Sl. 407/408, Boa Viagem  
CEP: 51111-030 – Recife/PE  
Tel.: (81) 3327-6324  
sescappe@sescappe.org.br  
www.sescappe.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

### SESCON - PIAUÍ

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos  
End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090,  
Sl. 201 – CEP: 64001-300 – Teresina/PI  
Tel.: (86) 3222-6337  
sesconpi@analisecontabilidade.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

### SESCON - PONTA GROSSA

Pres.: Aguinaldo Mocelin  
End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º  
andar, Sl. 67/68, Ed. Dr. Elyseu  
CEP: 84010-020 – Ponta Grossa/PR  
Tel.: (42) 3028-1096  
sesconpg@interponta.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

### SESCON - RIO DE JANEIRO

Pres.: Guilherme Tostes  
End.: Av. Passos, 120, 7º andar, Centro  
CEP: 20051-040 – Rio de Janeiro/RJ  
Tel.: (21) 2233-8899  
sesconrj@sescon-rj.org.br  
www.sescon-rj.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

### SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Pres.: Edson Oliveira da Silva  
End.: Rua Romualdo Galvão, 986  
Lagoa Seca – CEP 59056-100  
Natal/RN

Tel.: (84) 3201-0708  
sescon@sescon-rn.com.br  
www.sescon-rn.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

### SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Pres.: Luiz Carlos Bohn  
End.: Rua Augusto Severo, 168, São João  
CEP: 90240-480 – Porto Alegre/RS  
Tel.: (51) 3343-2090  
sescon-rs@sescon-rs.com.br  
www.sescon-rs.com.br

### SESCAP - RONDÔNIA

Pres.: João Aramayo da Silva  
End.: Rua Alexandre Guimarães, 1189  
Bairro Areal – CEP: 78916-450  
Porto Velho/RO  
Tel.: (69) 3223-7577  
sescap-ro@uol.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.91126-3  
www.sescap-ro.com.br

### SESCON - RORAIMA

Pres.: Auxiliadora Oliveira de Araújo  
End.: Rue Prof. Agnelo Bitencourt, 390,  
Galeria Ajuru, Sala 5, Centro  
CEP: 69301-430 – Boa Vista/RR  
Tel.: (95) 3624-4588  
sesconrr@hotmail.com  
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

### SESCON - SANTA CATARINA

Pres.: Luiz Antonio Martello  
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410,  
3º andar, Bloco B, Sls. 306/308  
CEP: 89201-906 – Joinville/SC  
Tel.: (47) 3433-9849  
sesconsc@sescconsc.org.br  
www.sesconsc.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

### SESCON - SÃO PAULO

Pres.: Antonio Marangon  
End.: Av. Tiradentes, 960, Luz  
CEP: 01102-000 – São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3328-4900  
sesconsp@sesccon.org.br  
www.sescon.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

### SESCON - SERGIPE

Pres.: José Cinicino Vieira Mello  
End.: Rua Urquiza Leal, 15 A 1º Andar –  
Bairro Salgado Filho –  
CEP 49020-490 – Aracaju/SE  
Tel.: (79) 3221-5058  
sescapse@infonet.com.br  
www.sescon-se.org.br  
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

### SESCON - SERRA GAÚCHA

Pres.: Celestino Oscar Loro  
End.: Rua Italo Victor Bersani, 1.134,  
Jardim América – CEP: 95050-520  
Caxias do Sul/RS  
Tel.: (54) 3222-7831  
executivo@sesconxs.com.br  
www.sesconxs.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

### SESCON - SUL FLUMINENSE

Pres.: Vera Lúcia Pires Nunes  
End.: Av. 17 de Julho, 280, Lj. 02, Aterrado,  
Ed. Minas Gerais  
Volta Redonda/RJ – CEP: 27213-200  
Tel.: (24) 3347-1298  
sesconsul@sesconsul.com.br  
www.sesconsul@sesconsul.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

### SESCON - TOCANTINS

Pres.: Gilvane Ferreira da Silva  
End.: Av. LO 03, Qd. 104 Sul, Lts. 01 a 10  
Salas 262/263 – C. Comercial Wilson Vaz,  
Plano Diretor Sul, – Palmas/TO  
CEP: 77020-028 – Tel.: (63) 3215-2438  
sescapto@uol.com.br  
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

### SESCON - TUPÃ

Pres.: Hamilton D. Ramos Fernandez  
End.: Rua Carijós, 481, Centro  
CEP: 17601-010 – Tupã/SP  
Tel.: (14) 3496-6820  
sescontupan@unisite.com.br  
Cód. Sindical: 000.000.90844-4

**Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail.**  
**É mais rápido e econômico.**  
**Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.**

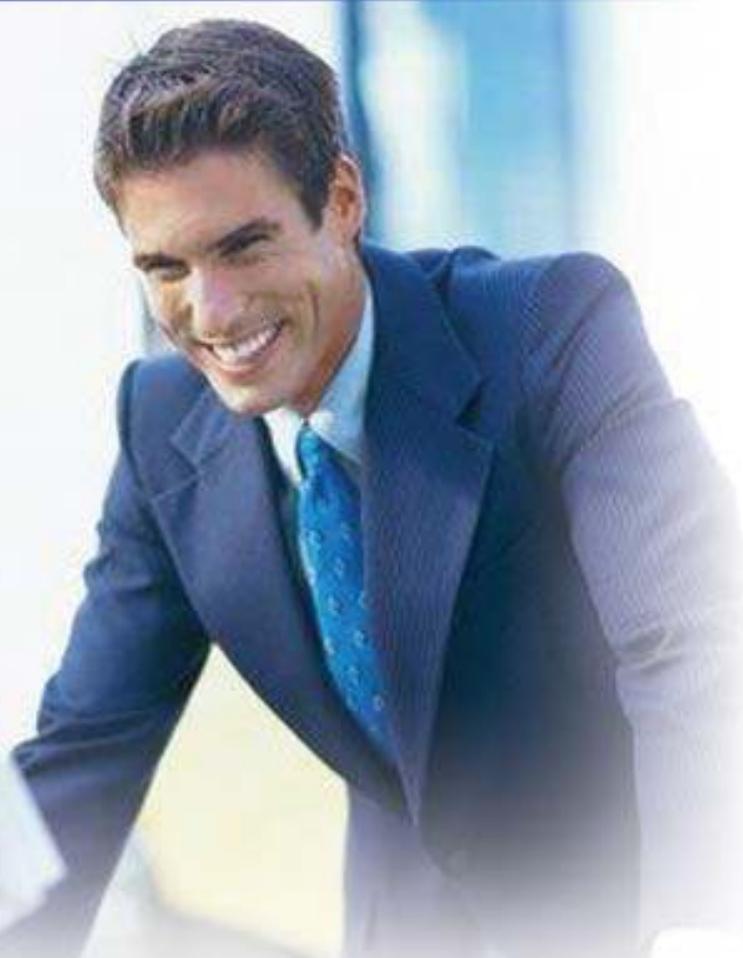


a informação  
que você precisa

## Só clientes Prosoft têm!

Todos os usuários das soluções Prosoft podem se cadastrar e ter acesso a diversas ferramentas para facilitar seu dia-a-dia:

- Mais de 700 vídeos-treinamento gratuitos para você assistir quando e onde quiser
- Legislação On-Line, com acesso direto a todas as áreas da FISCOsoft On-Line
- Prêmios e promoções exclusivas para usuários cadastrados



Se você já é cliente, tá esperando o quê?! Acesse!  
[centralonline.prosoft.com.br](http://centralonline.prosoft.com.br)

Descubra o que podemos fazer  
por você e por sua empresa

Solicite uma demonstração  
**0800 551037**

[www.prosoft.com.br](http://www.prosoft.com.br)

**Prosoft**  
Somando soluções para obter resultados.